



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CCHA – CAMPUS IV - DEPARTAMENTO DE LETRAS E HUMANIDADES
LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

DO LATIM AO PORTUGUÊS: PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS

WÊNIO COSTA DE FREITAS

CATOLÉ DO ROCHA – PB

2018

WÊNIO COSTA DE FREITAS

DO LATIM AO PORTUGUÊS: PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Letras e Humanidade – CCHA/ Campus IV da Universidade estadual da Paraíba – UEPB, como requisito para obtenção do Título de Licenciatura Plena em Letras.

Orientadora: Dr^a Mauriene Silva de Freitas

CATOLÉ DO ROCHA – PB

2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F862I Freitas, Wenio Costa de.
Do latim ao português: processos de formação de palavras
[manuscrito] / Wenio Costa de Freitas. - 2018.
66 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras
Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Humanas e Agrárias, 2018.

"Orientação : Profa. Dra. Mauriene Silva de Freitas ,
Coordenação do Curso de Letras - CCHA."

1. Latim. 2. Português. 3. Formação de palavras. 4.
Similaridades. 5. Dissimilaridades.

21. ed. CDD 469.5

WÊNIO COSTA DE FREITAS

DO LATIM AO PORTUGUÊS: PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Letras e Humanidade – CCHA/ Campus IV da Universidade estadual da Paraíba – UEPB, como requisito para obtenção do Título de Licenciatura Plena em Letras.

Orientadora: Dr^a Mauriene Silva de Freitas

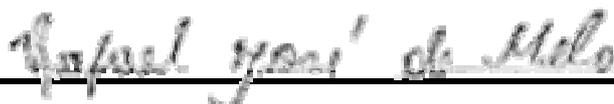
Aprovado em: 13 de junho de 2018



Profª Drª Mauriene Silva de Freitas
Orientadora – UEPB/CAMPUS IV



Profª Drª Carolina Coeli Rodrigues Batista de Araújo
Examinadora – UEPB/CAMPUS IV



Profª Dr. Rafael José de Melo
Examinador – UEPB/CAMPUS IV

CATOLÉ DO ROCHA – PB
2018

A gramática existe para proteger a comunicação num idioma e deve evoluir com o mesmo, acompanhando as mudanças e variações da linguagem usualmente falada a fim de que permaneça válida e eficiente. É, portanto, a gramática que serve ao idioma, não é o idioma que serve à gramática.

Augusto Branco

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente pela oportunidade de crescimento cognitivo que me proporcionou através da construção desse trabalho. Experiência única e necessária para a laboração de uma carreira consolidada no conhecimento.

Aos meus pais pela força, dedicação, incentivo e amor, do qual pude compartilhar durante todo o curso. Todo o vigor emocional positivo que partiu de vocês foi o combustível para que pudesse dar mais um passo importante em minha vida.

Agradeço de forma especial a minha orientadora Dr. Mauriene da Silva Freitas pelo acompanhamento durante todo o processo de orientação, o qual se fez imprescindível para a conclusão desta pesquisa. Deixo registrado aqui o meu humilde obrigado a senhorita.

A banca examinadora, nas pessoas dos Docentes Carolina Coeli Rodrigues Batista Araújo e Rafael José de melo, pela disponibilidade e em contribuir com a análise deste trabalho, meus sinceros agradecimentos.

Agradeço de forma especial aos meus amigos e colegas que me acompanharam e me apoiaram em minha labuta. É chegado a hora do fim de mais uma etapa em minha vida e o início de outra, onde posso seguir firme e certo que em nenhuma delas estarei só.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
2.1. ORIGEM DO LATIM.....	13
2.2. O IMPÉRIO ROMANO.....	19
3. EXTRATIFICAÇÃO DO LATIM NA PENÍNSULA IBÉRICA.....	21
3.1. O SURGIMENTO DE PORTUGAL E AS FASES DO PORTUGUÊS.....	35
4. PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS LATINAS E PORTUGUESAS: SIMILARIDADES E DISSIMILARIDADES.....	45
4.1. PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS LATINAS.....	45
4.2. PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS PORTUGUESAS.....	55
4.3. QUADRO COMPARATIVO.....	60
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
6. REFERÊNCIAS.....	64

SUMÁRIO DE FIGURAS

FIGURA 1.....	14
FIGURA 2.....	18
FIGURA 3.....	20
FIGURA 4.....	23
FIGURA 5.....	30
FIGURA 6.....	33

SUMÁRIO DE TABELAS

TABELA 1.....	25
TABELA 2.....	26
TABELA 3.....	26
TABELA 4.....	27
TABELA 5.....	61
TABELA 6.....	61

RESUMO

Historicamente, o latim foi à matriz para a construção de várias línguas, dentre elas o Português. Em consequência desse fato, é válido afirmar que a língua portuguesa possui aspectos latinos em sua estrutura, no entanto, ao se tornar uma língua autônoma adquiriu para si particularidades únicas do português. Levando em consideração tais afirmativas, quais as similaridades e dissimilaridades existentes entre os processos de formação das palavras latinas e portuguesas? Partindo desse questionamento, este trabalho tem como objetivo realizar um estudo comparativo entre os processos de formação de palavras dispostos na “Moderna Gramática Portuguesa” de Evanildo Bechara (2009) e na “Gramática Latina” de Napoleão Mendes de Almeida (2000), visando realizar um paralelo comparativo contendo as similaridades e as dissimilaridades existentes entre os processos de formação de palavras de ambas as línguas. Por se tratar de uma especificidade pouco explorada na área, o interesse pelo tema surgiu da necessidade de elucidação acadêmica sobre a influência morfológica que o latim exerceu sobre português quanto aos processos de formação de palavras. Para isso, o presente trabalho foi realizado com base em uma pesquisa bibliográfica, fundamentando-se em autores como Cardoso (2009), Cadeira (2006), Assis (2014), entre outros, por oferecerem a abordagem necessária para a construção deste trabalho. Por sua vez, os resultados obtidos demonstraram-se satisfatórios, uma vez que, através destes se pôde compreender quais as semelhanças existentes entre os processos de formação de palavras latinas e portuguesas, como também as distinções oriundas da evolução linguística. Por fim, estudo realizado visa contribuir para âmbito acadêmico através dos subsídios teóricos levantados em prol de uma maior compreensão da influência latina sobre a língua portuguesa quanto aos processos de formação de palavras.

PLAVRAS-CHAVES: Latim; Português; Formação de Palavras; Similaridades; Dissimilaridades.

ABSTRACT

Historically, Latin was the matrix for the construction of several languages, among them Portuguese. As a consequence of this fact, it is valid to affirm that the Portuguese language has Latin aspects in its structure, however, when becoming an autonomous language acquired for itself particularities unique to Portuguese. Taking into account such statements, what similarities and dissimilarities exist between the processes of formation of Latin and Portuguese words? From this questioning, this work has as objective to carry out a comparative study between the processes of word formation arranged in the "Modern Portuguese Grammar" of Evanildo Bechara (2009) and in the "Latin Grammar" of Napoleão Mendes de Almeida (2000), aiming at a comparative parallel containing the similarities and dissimilarities existing between the processes of word formation of both languages. Because it is a specificity little explored in the area, interest in the subject arose from the need for academic elucidation about the morphological influence that Latin had on Portuguese in word formation processes. For this, the present work was based on a bibliographical research, based on authors such as Cardoso (2009), Cadeira (2006), Assis (2014), among others, for offering the necessary approach for the construction of this work. Finally, a study carried out aims to contribute to the academic field through the theoretical subsidies raised in favor of a greater understanding of the Latin influence on the Portuguese language in the processes of word formation.

KEYWORDS: Latin; Portuguese; Word Formation; Similarities; Dissimilarities.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, o latim foi à matriz para a construção de várias línguas, dentre elas o Português. Em consequência desse fato, é válido afirmar que a língua portuguesa possui aspectos latinos em sua estrutura, no entanto, ao se tornar uma língua autônoma adquiriu para si particularidades únicas do português. Levando em consideração tais afirmativas, o presente trabalho parte do seguinte questionamento: quais as similaridades e dissimilaridades existentes entre os processos de formação das palavras latinas e portuguesas? Mediante tal problemática, o presente trabalho **DO LATIM AO PORTUGUÊS: PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS** têm como objetivo geral é realizar uma pesquisa de caráter comparativa sobre os processos de formação de palavras latinas e portuguesas, a fim de levantar as disparidades e semelhanças existentes entre ambas as línguas.

Para isso, foram tomados como objeto de análise os processos de formação de palavras portuguesas e latinas dispostos na “Moderna Gramática Portuguesa” de Evanildo Bechara (2009) e na “Gramática Latina” de Napoleão Mendes de Almeida (2000), escolhidas por oferecerem as contribuições necessárias quanto à estrutura morfológica e a formação de palavras para a construção desta pesquisa.

Como objetivos específicos, a presente pesquisa busca compreender os processos de formação de palavras latinas e portuguesas. Visando, por fim, realizar um paralelo contendo as similaridades e as dissimilaridades existentes entre os processos de formação de palavras de ambas as línguas.

Dito isto, levando em consideração que a língua é a matéria prima da comunicação, seja ela oral ou escrita, o interesse pelo tema surgiu da necessidade acadêmica de aprofundar os conhecimentos sobre a língua portuguesa, bem como da língua que a deu origem, objetivando assim, alcançar uma melhor formação acadêmica. Outro motivo que impulsionou a construção desta pesquisa foi à falta de material acadêmico que aborde especificamente as similaridades e dissimilaridades existentes entre os processos de formação de palavras portuguesas e latinas.

A pesquisa realizada é pautada num estudo bibliográfico, e para a construção do embasamento teórico serão consultados autores como Zélia Almeida Cardoso (2009) e Esperança Cadeira (2006), por trazerem uma importante abordagem histórica sobre o latim para a contextualização desta pesquisa. Além destes, também serão mencionados autores como: Joaquim Mattoso Câmara Junior (1981),

Celso Cunha e Luiz Filipe Lindley Cintra (2008), entre outros, por trazerem uma abordagem crítica e discursiva sobre os processos de formação de palavras, bem como explicações e conceitos históricos sobre os mesmos.

Os resultados obtidos demonstraram-se de extrema relevância para estudos elucidativos relacionados aos processos de formação de palavras latinas e portuguesas, principalmente pela objetividade oferecida pelo paralelo comparativo feito através de quadros que apontem de forma clara quais as similaridades existentes entre ambas as línguas e dissimilaridades que a língua portuguesa adquiriu através de seu processo evolutivo.

Por fim, a pesquisa realizada neste trabalho deseja contribuir para a área acadêmica através dos subsídios teóricos apurados durante o levantamento de dados, que por sua vez, servirão como norte para futuras pesquisas voltadas para a área morfológica da língua portuguesa e latina, especificamente no que diz respeito aos processos de formação de palavras de ambas as línguas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Sabemos que língua é um instrumento comunicacional composto por um sistema estrutural pautado em regras gramaticais, onde sua função social é possibilitar aos seus falantes a interação entre os interlocutores, de modo que haja a compreensão daquilo que é enunciado no ato da interação oral. Além disso, a língua é considerada um órgão vivo, pois vive em constante evolução, se adaptando as mudanças sociais que influenciam sua variação. Cada língua dispõe de um leque dialógico próprio, do qual é utilizado pelos seus falantes no ato da comunicação, contudo, a medida que a língua evolui, nascem novas palavras através de processos morfológicos distintos.

Foram pois, os processos de variação linguística a principal responsável pelo surgimento de novas línguas a partir de línguas mais antigas. No caso da Língua Portuguesa, a mesma dispõe de processos morfológicos responsáveis por alterar a estrutura das palavras, partindo do princípio de acréscimo de afixos e radicais a palavras já existentes, objetivando a construção de uma nova palavra.

No entanto, alguns dos processos mencionados não são exclusivos da língua portuguesa, estes são vestígios concretos da influência que língua latina exerceu sobre a língua portuguesa ainda em sua fase de surgimento. No entanto, quando se fala sobre influência linguística latina no surgimento do português existem fatores importantes que são necessários mencionar. Inicialmente, a língua portuguesa não foi originária do latim clássico falado pela classe rica, mas sim do latim vulgar, que é uma variação linguística do latim clássico e era falado pela classe pobre.

Além disso, é imprescindível ressaltar a ação dos estratos linguísticos ibéricos, germânicos e árabes que outrora, em momentos de conquista territorial, permearam com maior ou menor intensidade na língua latina, ocasionando situações de variação linguística. Por fim, outro elemento determinante foi a intensidade em que a língua latina foi disseminada em cada região da península, se distinguindo principalmente pela forte presença linguística difundida nos centros urbanos por intermédio do acesso a escolaridade, em contraposição ao frágil contato linguístico das zonas rurais, ocasionadas principalmente, pelo difícil acesso.

Tais condições se mostraram favoráveis para o surgimento da variação linguística que seria responsável pelo surgimento do português. Dessa forma, por

ser a matriz do português, o latim acabou contribuindo para a construção do seu léxico não só através do empréstimo de afixos e radicais, mas também, através dos próprios processos de formação de palavras dispostos na morfologia latina.

Frente aos fatos apresentados, é válido afirmar que, sendo oriundo do latim, o português herdou similaridades em seu sistema estrutural morfológico que são pertinentes ao latim. Contudo, ao se tornar uma língua independente também apresenta dissimilaridades, pois adquiriu para si um caráter distinto e autônomo composto por formas e estruturas únicas do português. Valendo-se disso, a questão levantada para a presente pesquisa é: quais as similaridades e dissimilaridades existentes entre os processos de formação de palavras latinas e portuguesas?

Para alcançar a resposta para este questionamento é necessário, inicialmente, que compreendamos a origem dos fatos, e para isso, é necessário que se faça um levantamento descritivo da história da língua latina, desde a sua origem até o surgimento das línguas neolatinas. Isso dará uma base mais sólida para compreender e abordar os aspectos formadores de palavras existentes em ambas as línguas.

2.1 A ORIGEM DO LATIM

Antes de adentrar numa abordagem comparativa entre os processos de formação de palavras latinas e portuguesas, é necessário que se compreenda o percurso evolutivo da língua latina até o surgimento do português, levando em consideração as influências promovidas pelos contextos geográficos, sociais e políticos, aos quais a língua foi submetida para que resultasse em sua variação.

Adentrando a partir de agora no caso da língua latina, tanto o seu surgimento quanto a sua evolução histórica é marcada por um longo processo de variação linguística, que teve início através da representação linguística do proto-indo-europeu na Península Itálica, que foi a responsável pelo surgimento do ramo Itálico, do qual o latim é proveniente.

De forma mais esplanada, de acordo com os registros históricos o latim surgiu na Península Itálica, especificamente na região conhecida como Lácio, que em latim se pronuncia “Latium”. O nome dado está relacionado diretamente à palavra “Latus”, que no léxico latino refere-se as condições geográficas do território, significando “amplo, extenso e plano”, justamente porque a região do lácio apresentava poucas

elevações, onde as áreas planas demonstravam-se predominantes. Por este motivo, aqueles que se comunicavam através do latim passaram a ser titulados como latinos pelos demais povos.

Para maior compreensão sobre a região onde nasceu o latim, o mapa a seguir apresentará a extensão territorial de toda a península Itálica, como também a localização da região do Lácio, onde surgiu o latim:

Figura 1- Mapa da Península Itálica



Extraído de: Lazio in Italy.

Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lazio_in_Italy.svg

No entanto, ao contrário do que muitos pensam a língua latina não nasceu pronta e acabada, mas, surgiu a partir de um processo de variação, onde seu uso dialógico se distanciou de sua língua progenitora devido as causas socioculturais e geográficas que a exporam a inovações linguísticas. Dessa forma, o uso constante de inovações solidificou-se, e por fim, constituiu-se em uma língua oficial de um determinado povo.

Hoje é sabido que o Latim pertence ao grupo das línguas indo-européias, da qual faz parte tanto a língua grega, quanto à sânscrita, e além dessas, "(...) a maioria das línguas europeias e muitas asiáticas, como o inglês, o alemão, o russo, o persa,

o híndi, o francês, e tantas outras, derivam de uma mesma língua-mãe, o proto-indo-europeu.” (GONÇALVES, 2009, p. 9). O termo “*Proto*” vem do grego e significa início, origem ou aquilo que vem anteriormente, sendo esse o motivo pelo qual é empregado na nomenclatura da língua progenitora do latim, visto que, através dela surgiram ramos linguísticos, dos quais, por sua vez, também originaram outras línguas.

Caso semelhante ao do proto-indo-europeu é citado numa narrativa mítica da Bíblia, especificamente no episódio ao qual se refere ao mito da Torre de Babel. Para além das questões religiosas, o ponto contido no livro de Gênesis capítulo XI descreve o empenho dos descendentes de Noé após o dilúvio na construção de uma grande torre que tocasse os céus.

Nessa época todo o povo falava uma única língua, e planejavam construir uma cidade forte, para que não se espalhassem sobre a terra. Contudo, a soberba dos homens em alcançar os céus teria causado a fúria de deus, fazendo com que houvesse uma grande confusão nas línguas, de maneira que um não compreendia o outro, os espalhando sobre a face da terra. Este conto intrigante supostamente seria a origem da variação linguística, da qual resultou no surgimento de várias línguas distintas a partir de uma protolíngua.

De modo geral, recebem o título de protolínguas aquelas que são as matrizes para o surgimento de novas famílias linguísticas, da mesma forma que o proto-indo-europeu é, hipoteticamente, considerada a matriz responsável pelo surgimento das principais línguas e dialetos do continente europeu, além de alguns países do continente asiático, localizados na Ásia Central, na Ásia Menor, na Índia e no Irã.

Com relação ao surgimento do Latim e das demais línguas Indo-europeias, tal descoberta só foi possível graças a uma pesquisa feita na área da linguística, realizada inicialmente no decorrer do século XVIII, liderada por um grupo de pesquisadores europeus pré-saussurianos. O interesse do grupo se pautava sobre a compreensão das características e da relação de diferentes línguas e culturas, e no decorrer de algumas pesquisas realizadas, notaram traços de similaridades entre aspectos fonéticos e mórficos de línguas mais próximas como o latim e o grego, mas também, entre línguas mais distantes como o sânscrito.

Frente as semelhanças encontradas, os linguistas enxergaram nos fatos a hipótese de uma possível língua matriz para as línguas pesquisadas. Segundo Gonçalves (2009), movidos pela curiosidade, os estudiosos iniciaram um estudo

entre várias línguas, incluindo a grande maioria das línguas europeias, objetivando elencar um paralelo comparativo que explanasse pormenorizadamente as similaridades existentes entre elas. Para isso, fizeram uso do método da reconstrução comparada entre ambas as línguas, objetivando realizar um levantamento de semelhanças linguísticas que apontassem os reflexos de uma possível língua antecessora.

Segundo Terry Crowley (1992) o objetivo da reconstrução comparada é tentar, através dos indícios linguísticos levantados entre as línguas aparentadas, verificar a possível forma da protolíngua. Para isso, buscam vestígios linguísticos através da cognação das palavras, para encontrar semelhanças sonoras e mórficas, que apontem a existência de uma ligação “genealógica” entre ambas as línguas, sendo elas necessárias para a comprovação da hipótese da possível protolíngua.

Partindo desta princípio, eles foram mapeando as semelhanças encontradas entre as línguas até chegarem ao ponto de concluírem que tais similaridades, segundo Gonçalves (2009, p. 9) “(...) constituíam evidência forte demais para levantar a hipótese de que todas essas línguas teriam derivado de um ancestral em comum.”, o proto-indo-europeu.

Contudo, é em 1786 que a discussão sobre a possibilidade de uma língua ancestral progenitora da maioria das línguas europeias e muitas outras asiáticas toma um rumo mais concreto, através do estudo do filólogo britânico Sir William Jones sobre as línguas indo-europeias. Em um de seus discursos o filólogo revela evidências profundas sobre a relação estrutural entre diferentes línguas, no qual, em um dos trechos menciona as seguintes afirmações:

O sânscrito, sem levar em conta a sua antiguidade, possui uma estrutura maravilhosa: é mais perfeito que o grego, mais rico que o latim e mais extraordinariamente refinado que ambos. Mantém, todavia, com essas duas línguas tão grande afinidade, tanto nas raízes verbais quanto nas formas gramaticais, que não é possível tratar-se do produto do acaso. É tão forte essa afinidade que qualquer filólogo que examine o sânscrito, o grego e o latim não pode deixar de acreditar que os três provieram de uma fonte comum, a qual talvez já não exista. Razão idêntica, embora menos evidente, há para supor que o gótico e o celta tiveram a mesma origem que o sânscrito. (ROBINS, 1983, p. 107).

Para Gonçalves (2009), tal teoria seria o impulso inicial para o surgimento científico da linguística histórico-comparativa no século XIX, sendo ela um passo importante para compreender a escala evolutiva da língua latina, bem como a sua relação com as demais línguas europeias e outras línguas mais longínquas, partindo

da materialidade lexical encontrada em ambas as línguas através do referido estudo comparativo.

O certo é que pouco se sabe sobre essa possível protolíngua, no entanto, pode-se afirmar que as línguas formadas a partir dela são resultado de dialetizações causadas, provavelmente, por circunstâncias sociais, políticas, territoriais ou climáticas, que por sua vez, acarretaram na imigração de seus respectivos falantes para diferentes regiões da Europa e da Ásia.

Segundo a teoria do proto-indo-europeu, acredita-se que, medida que a massa de imigrantes cumpria seu percurso migratório o contingente se dissipava, e vários grupos nômades fixavam-se em lugares que julgavam mais propícios a sua subsistência. Como resultado desse processo, com o passar do tempo os grupos menores consequentes da fragmentação foram perdendo o contato da unidade linguística falada pelo todo, levando a unidade linguística a seguir caminhos dialógicos diferentes.

Após tantas mudanças externas causadas pela ruptura populacional, seria inevitável garantir a legitimidade e continuação da unidade linguística da protolíngua. Em consequência disso, a protolíngua passa a ser inserida em novos contextos sociais e geográficos, ficando exposta a possíveis inovações, permitindo que, com o passar do tempo, marcas linguísticas externas permeassem a língua paulatinamente, transformando-a internamente. Desse modo, a língua passa a configurar-se de acordo com o seu uso dialógico para atender as novas necessidades comunicativas de cada grupo. Consequentemente, com o passar dos anos, a variação distinta de cada grupo ficou tão acentuada, que já não era mais possível a comunicação entre eles.

Segundo Gonçalves (2009), a variação promovida pelos diferentes grupos nômades indo-europeus resultou em diferentes ramos linguísticos, dos quais surgiram diferentes línguas, dentre elas o Latim. Por sua vez, esses ramos são compostos por:

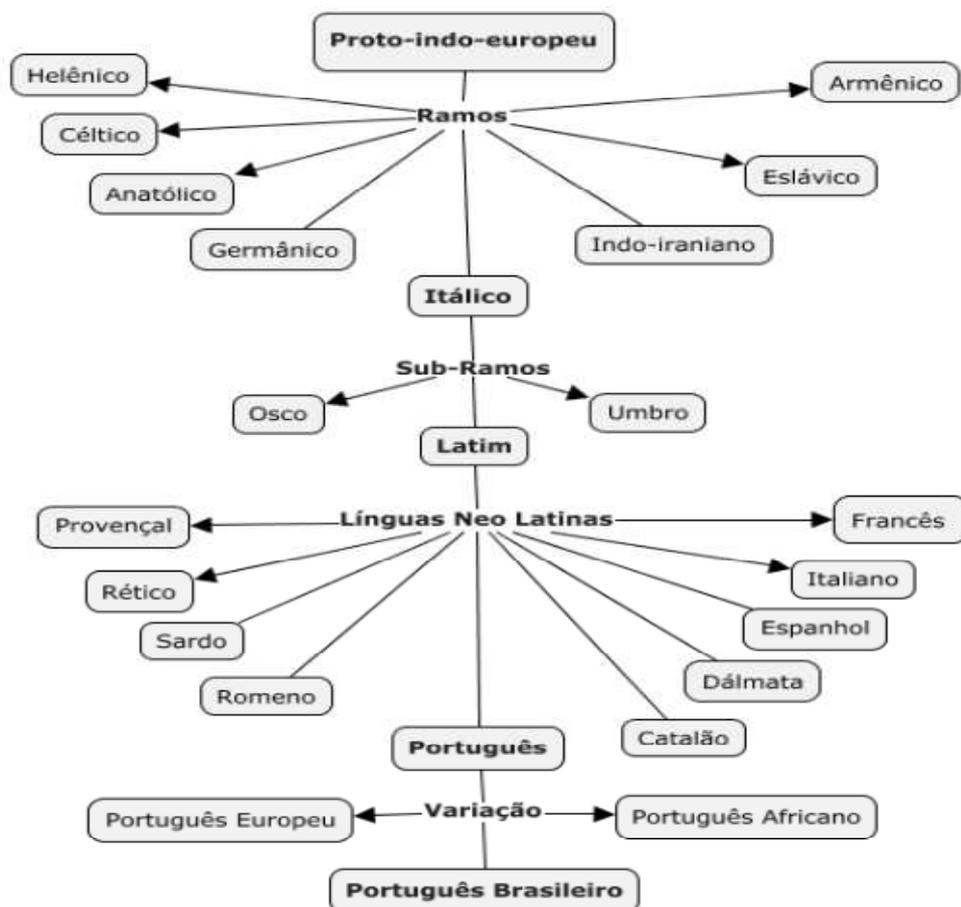
O ramo indo-iraniano, do qual fazem parte línguas como o persa, o sânscrito e o bengalês; o ramo eslávico, do qual fazem parte línguas como o russo, o búlgaro, o servo-croata, o polonês; o ramo germânico, do qual fazem parte línguas como o alemão, o inglês, o islandês, o norueguês, o holandês; o ramo helênico, do qual fazem parte, entre outras, o grego antigo e o grego moderno; o ramo céltico, do qual fazem parte as línguas como o gaulês, o gaélico escocês e irlandês, o galês, entre outras; o ramo anatólico, do qual fazem parte línguas de locais bastante distantes da Europa, como o tocário, falado numa região da Ásia central, hoje pertence à china, e, por

fim, o ramo itálico, do qual fazem parte o latim, o osco e o umbro, por exemplo. (GONÇALVES, 2009, p. 9-10).

Concomitante ao exposto na citação, o osco, o umbro e o latim são consideradas línguas que compõe uma classe de sub-ramos linguísticos pertencentes ao ramo itálico. Desse modo, todas as línguas que surgiram na península da Itália a partir desses sub-ramos pertencem respectivamente a unidade linguística do ramo itálico, e conseqüentemente, se enquadrando na família do proto-indo-europeu.

Em consequência desse fato, o mesmo fenômeno de variação linguística que originou novas línguas a partir do ramo itálico ocorreu nos demais ramos linguísticos do proto-indo-europeu, dos quais também geraram outras línguas, que geraram outras línguas, até chegarmos ao quadro linguístico atual. Dito isso, no gráfico abaixo se pode acompanhar com detalhes a escala evolutiva do língua desde proto-indo-europeu, passando pela ramo itálico, o surgimento do latim, e por fim, chegando nas línguas neolatinas, da qual encontra-se o português:

Figura 2- Árvore Genealógica do Proto-indo-europeu.



Levando em consideração a escala evolutiva da língua, percebe-se que os constantes processos de variação linguística permitiram que línguas mais antigas como latim dessem origem a línguas mais recentes, como o português.

Por fim, diante daquilo que foi conjecturado sobre a hipótese do proto-indo-europeu, pode-se observar que as circunstâncias implícitas mostram que o fenômeno da variação linguística surge de acordo com as modificações externas a língua, sejam elas geográficas, sociais, culturais ou políticas. O fato é que, essas mudanças acabam refletindo direta ou indiretamente nos aspectos mórficos, sonoros, semânticos e sintáticos da língua, causando modificações em seu sistema interno.

Quando a variação ocorre de forma mais intensa, as consequências podem ir além de um simples enriquecimento lexical, podendo ocasionar mudanças mais acentuadas em toda a unidade linguística de uma língua, transformando-a. desse modo, o processo de variação linguística é, pois, o principal responsável pelo surgimento de estruturas linguísticas mais simples como novas palavras, mas também, de estruturas mais complexas como novas línguas, bem como o latim.

2.2 O IMPÉRIO ROMANO

É nessa região de vastas planícies da Península Itálica, conhecida de lácio que nasce os romanos, detentores da língua latina. Povo belicoso e responsável pela conquista de praticamente toda região banhada pela Mar Mediterrâneo. De forma geral, a história do império romano está atrelada a constantes batalhas e conquistas em prol de sua expansão territorial, processo que ficou conhecido como Romanização. A exemplo de tais conflitos, pode-se citar um grande evento histórico que marcou o processo de romanização, do qual ficou conhecido como a II Guerra Púnica, período em que Roma iniciou a conquista da Península Ibérica.

A medida que o império romano avançava em suas conquistas, consequentemente disseminavam sua cultura e língua através da subjugação dos povos conquistados. Frente ao vasto legado deixado pelos romanos, vale ressaltar que a herança linguística que permeia a estrutura morfolexical da língua que hoje conhecemos como português é o resultado da forte influência da língua latina, outrora sobre os povos subjogados. Segundo Gonçalves:

(...) as conquistas desse povo belicoso e austero tornaram grande parte do mundo conhecido falante de latim, e, com a fusão Império Romano e Igreja ao longo dos primeiros séculos da Era Cristã, a religião, a cultura, a literatura, a filosofia e a administração levaram a antiga língua da Itália, ao longo da antiguidade e da Idade média, para grande parte da Europa. (GONÇALVES, 2009, p. 8-9)

No que tange as conquistas do Império Romano, o mapa a seguir denota a extensão geográfica do território conquistado pelos povos romanos na Europa, no norte da África e em parte da Ásia no período de 117 d. C., momento histórico em que Roma se encontra no ápice de seu domínio, acumulando o máximo de território em toda sua carreira expansiva.

Figura 3- Domínio do Império romano em 117 d. C.



Extraído de: Apontamentos de História

Disponível em: <https://antoniocv.wordpress.com/2015/10/08/a-expansao-romana/>

Dentre o período que compete ao seu surgimento ao seu declínio, o Império Romano durou cerca de cinco séculos. Esse período de tempo foi o suficiente para que Roma se consolidasse como a maior potência histórica da Europa Ocidental, sendo considerada a maior civilização erguida nas terras europeias.

Sobre seu legado, além do domínio territorial, Roma também foi responsável por uma importante participação linguística no que diz respeito ao surgimento das

línguas neolatinas, da qual se deu pelo choque cultural e linguístico através do processo de aculturação dos povos conquistados, ao qual se dava, principalmente pela disseminação da língua latina e da cultura e organização política romana

Dando continuidade à contextualização histórica do latim, no próximo ponto desta pesquisa será abordado os fatos que envolvem a expansão do latim para além das terras romanas, atentando para os fenômenos que influenciaram em seu processo derivação, bem como os aspectos linguísticos consequentes do choque cultural entre o latim e a língua dos povos conquistados, do qual resultou no surgimento de novas línguas, dentre elas o português.

3 A ESTRATIFICAÇÃO DO LATIM NA PENÍNSULA IBÉRICA

Por sua vez, historicamente, o latim foi a matriz para o surgimento de várias línguas, são elas: o francês, o italiano, o espanhol, o sardo, o rético, o dálmata, o catalão, o provençal, o romeno e o português. Essas línguas recebem o título de Línguas Neolatinas e pertencem à família das Línguas Românicas, que por sua vez, também se enquadram no grupo das Línguas Indo-europeias.

Contudo, não diferente do próprio latim que surgiu do proto-indo-europeu, as línguas neolatinas não surgiram repentinamente, mas são resultados de um longo processo de transformação e adequação, do qual a língua foi submetida, ocasionados outrora pelas influências ocorridas sobre a língua latina através dos substratos e superstratos resultados do contato do latim com culturas linguísticas distintas.

No que se refere aos fenômenos que desencadeiam a mudança estrutural e linguística da língua, Cadeira (2006, p. 16) aponta dois fatores responsáveis por essa transformação, “um interno à própria língua (inerente ao sistema linguístico) e um externo (extralinguístico)”. Ao levarmos em consideração o dinamismo do qual o sistema linguístico é constituído, é inegável afirmar que suas estruturas absorvam e executem características de inovações linguísticas, se adequando sintática, semântica e pragmaticamente em sua estrutura morfolexical para atender as necessidades comunicativas de seus falantes. Nesse sentido, o fator interno mencionado por Cadeira (2006) aponta para uma auto adequação da língua, onde o autor afirma que:

(...) oposições que não se revelem funcionais podem desaparecer, já que um princípio de economia tenderá a eliminar redundâncias, ou novas oposições podem ser criadas no sentido de preencher lacunas que um princípio de clareza necessária à comunicação tenderá a colmatar. (CADEIRA, 2006, p. 13)

Por outro lado, Cadeira (2006) afirma que o fator externo está relacionado às circunstâncias históricas das quais a língua de uma determinada sociedade é submetida. Dentre essas circunstâncias históricas podemos destacar as mudanças sociais e políticas, resultante de conflitos sociais internos da própria comunidade linguística, ou conflitos bélicos, quando relacionado ao processo de conquista e subjugação de um povo sobre outro.

A exemplo pode-se citar, principalmente, as guerras territoriais entre os povos da Península Ibérica contra os Romanos, dos povos Ibero-romanos contra os Germanos, e dos povos Hispano-godos contra os Árabes. Em todos esses eventos bélicos houve mudanças sociais, das quais refletiam diretamente na língua, modificando-a constantemente.

Além disso, outro fator apontado por cadeira (2006, p. 14) é a fragmentação política da Península Ibérica, que por sua vez, teve como resultado a “(...) formação de reinos na Península Ibérica – e a criação de fronteiras políticas (...)”. Para o autor, o processo de fragmentação do território “(...) contribuiu grandemente para a constituição de fronteiras linguísticas e, portanto, para a fragmentação dialectal do Latim Hispânico, dos quais resultaram as várias línguas Ibéricas.” (CADEIRA, 2006, P. 14).

Buscando na historicidade da língua portuguesa podemos verificar que o processo de influência latina do qual resultou no surgimento do português que conhecemos hoje, inicia-se por volta de 218 a. C., quando os romanos desembarcam na península Ibérica intencionados pela conquista territorial e expansão do domínio romano, processo este que duraria em média 200 anos. Ao fim desse período de domínio, por volta do século IV a. C., os romanos acabaram por incorporar o território peninsular ibérico ao seu império, passando a designar-lhe também como península Hispânica. Feito isso, o império Romano divide a península ibérica em duas províncias, das quais ficaram divididas da seguinte forma:

(...) inicialmente, em Hispânica Ulterior (sudeste) e Citerior (Nordeste). No ano de 27 a. C., Augusto divide a Ulterior em Lusitânia e Bética; em 216 d. C., na época do imperador Caracala, o Noroeste ganha estatuto de província autônoma, com o nome de Galécia. (CADEIRA, 2006, p. 19)

Por fim, partindo dessa perspectiva de administração política ao qual se pautava o domínio da península hispânica, no período entre 284 a 288 d. C., com o domínio do Imperador Diocleciano é feita novas divisões político-administrativas na península, instaurando a criação das províncias Tarraconense, Cartaginense, Lusitânia e Bética. Nesse período, a península ibérica encontrava-se dividida da seguinte forma:

Figura 4- Península Ibérica sob o do Imperador Diocleciano (284 – 288 d. C).



Extraído de: Vine to Wine Circle.

Disponível em: <http://www.vinetowinecircle.com/historia/ocup-romana/>

Por sua vez, os povos encontrados nas terras ibéricas constituíam uma comunidade linguística muito diversificada, pois a população que residia na península apresentava uma variedade étnica bastante distinta. Dentre os povos que imigraram para a península ibérica podemos destacar grupos de africanos, Celtas, Fenícios e Bascos, que após sua chegada passaram a ocupar as diferentes regiões que a compunham. No entanto, a rotina no âmbito vivencial dos povos autóctones da região passaria por fortes mudanças com a chegada do romanos, pois a

conquista imperial consistia basicamente na ocupação territorial e subjugação dos povos ali encontrados.

A partir desse momento, inicia-se o processo de aculturação dos povos ibéricos, que consistia na imposição da cultura romana sobre os povos conquistados. Vale ressaltar que, sempre que havia a conquista de uma nova área, o Império Romano procurava integra-las civilmente em seu contexto social, e para isso, era disseminada a língua latina entre os povos dominados.

Um fator que potencializava esse processo era a forte presença militar do exército romano nas áreas conquistadas, que intervinha linguisticamente de duas maneiras sobre a língua dos povos dominados. Primeiramente sufocando-a pela condição do domínio transcultural de uma cultura sobre outra, e em segundo lugar, pela influência direta da língua romana no meio social dominado, permitindo que a população também aprendesse o latim.

Como resultado da forte subjugação romana, nesse momento a influência cultural e linguística se sobrepunha a dos povos conquistados, que em decorrência do forte contato acabaram por assimilar a nova cultura e língua impostas. O fenômeno resultante desse processo é conhecido por substrato, que segundo Mattoso (1998, p. 230) é o “nome que se dá à língua de um povo que é abandonada em proveito de outra que a ela se impõe, geralmente como consequência de uma conquista política”.

O resultado do contato do latim com as línguas autóctones foi promoção de um período de bilinguismo prolongado, “em que características das línguas nativas penetravam, com maior ou menor intensidade na língua recentemente adquirida e que viria a tornar-se dominante.” (CADEIRA, 2006, p. 26). Nesse sentido, a mudança acontece paulatinamente na língua, de tal forma que as marcas linguísticas vão sendo impregnadas durante o processo de imposição cultural.

No entanto, as variações resultantes do contato da língua romana com outras culturas linguísticas eram chamadas de romance, justamente pelo fato de fazer alusão ao império romano. Por sua vez, o romance é um termo que representa uma língua intermediária entre a língua dos dominadores romanos e a língua dos povos subjugados. Basicamente é o estágio anterior das línguas neolatinas, bem como o português.

O período de predomínio do romance latino enquanto língua falada na península Ibérica dura desde a chegada dos romanos, por volta de 218 a. C., até o

século IX. Contudo, a consistência qualitativa com a qual a nova língua era difundida dentre os povos sofria variantes, pois, segundo Cadeira (2006), a implantação do latim nas cidades e centros urbanos obtivera maior êxito em relação às demais áreas. Isso decorreu devido ao acesso direto que a comunidade urbana tinha com a escolarização, promovendo assim a difusão de um latim culto e mais conservador.

Contudo, vale ressaltar que o latim disseminado na Península Ibérica é uma variação do latim clássico, mais conhecido como Latim vulgar. Há uma distinção significativa entre ambas, segundo Assis (2014, p. 16-17):

O **Latim Clássico**, chamado pelos romanos de *sermo urbanus*, caracteriza-se pelo apuro do vocabulário, correção gramatical e elegância do estilo; é uma língua artificial e rígida, porém polida e requintada. Sinônimo de prestígio, era praticada por uma elite e usada nas escolas nas obras dos escritores latinos: Cícero, César, Virgílio e Horácio.

Por outro lado, o Latim Vulgar apresentava características que se distanciavam da uniformidade e das regras normativas do latim Clássico, atendendo as necessidades comunicacionais das classes menos favorecidas. Segundo Assis (2014, p. 17):

O **Latim Vulgar**, (...) era usado pelo povo, sem preocupação com a correção gramatical, pelo contrário, serviu de instrumento de comunicação diária, com finalidades práticas e comerciais. Também chamada de *Sermo Vulgaris*, foi levado pelos soldados, colonos e funcionários romanos a todas as regiões do Império Romano.

Apesar de ser uma variação da norma culta, o Latim Vulgar apresentava também distinções significativas do Latim Clássico em seus aspectos fonéticos, lexicais, morfológicos e sintáticos. Com relação a fonética, Assis (2014, p. 17) afirma que “(...) o latim vulgar apresentava uma forte tendência a evitar palavras proparoxítonas.”, onde a parte tônica da palavra se encontra na antepenúltima sílaba. O autor apresenta os seguintes exemplos:

Tabela 1

Latim Clássico	Latim Vulgar	Português
Alecrem	Alacrem	Alegre
Cathedram	Cathedram	Cadeira
Ponere	Ponere	Pôr
Conducere	Conducere	Conduzir

No que diz respeito aos aspectos lexicais, Assis (2014, p.18) afirma que no Latim Vulgar “(...) predominava o uso de vocábulos mais populares e afetivos com sufixos diminutivos. Nesse caso, o autor traz os seguintes exemplos:

Tabela 2

Latim Clássico	Latim Vulgar	Português
Caballus	Equus	Cavalo
Focu	Ignis	Fogo
Bucca	Os, Oris	Boca
Casa	Domus	Casa
Apprendere	Discere	Aprender
Campus	Agri	Campo
Rivus	Flumen	Rio

Outro ponto importante que distinguia a variação latina vulgar da clássica era os aspectos morfológicos da língua, pois, com relação a flexão dos casos, Assis (2014, p.18), afirma que o Latim clássico apresentava “(...) 5 declinações e 6 casos, que se reduziram a 3 no latim vulgar. A partir das terminações das palavras também era possível indicar a posição sintática da palavra dentro da sentença. A exemplo, o autor traz os seguintes casos:

Tabela 3

1° Declinação Rosa, Rose	Nominativo – Sujeito E Nome Predicativo
2° Declinação Lupus, Lupi	Vocativo - Chamamento
3° Declinação Ovis, Ovis	Genitivo – Adj. Restritivo
4° Declinação Cantus, Cantus	Acusativo – Objeto Direto
5° Declinação Dies, Diei	Dativo – Objeto Indireto
	Ablativo – Complemento Circunstancial E Agente Da Passiva

Para Assis (2014, p.19), “Na perspectiva sintática, havia, no latim vulgar maior liberdade de colocação das palavras na frase, com tendência a ordem inversa.”. Sobre essa liberdade de colocação, o autor menciona o seguinte exemplo:

O homem adora a Deus:

Deus hominem diligit.
Hominem diligit Deus.
Diligit Deus hominem.
Hominem Deus diligit.

Tabela 4

No entanto, o exemplo acima destaca mais que apenas a flexibilidade sintática latina, mas ressalta outra importante distinção entre o Latim e o português. Devido a essa propriedade flexiva a língua latina passou a ser considerada uma língua sintética, pois as funções sintáticas das palavras são marcadas pelas desinências. Em contraposição, a língua portuguesa é considerada uma língua analítica, devido as funções sintáticas das palavras serem marcadas pela posição fixa que cada uma ocupa dentro da frase.

Por fim, um fato curioso sobre as características internas das línguas era que o léxico do latim clássico não disponibilizava de artigos, enquanto “(...) o latim vulgar apresenta pronomes demonstrativos e o numeral **unus** com valor de determinativo (artigo definido e indefinido).” (ASSIS, 2014, P. 19). Para exemplificar tais casos o autor apresenta os seguintes casos: “(...) no Latim Clássico – *liber*, no Latim Vulgar – *illu libru* ou *uno libru* e no português – *o livro* ou *um livro*.”

Doutra feita, o latim vulgar predominava enquanto variante da língua culta nas áreas de menor acesso, pois “(...) em regiões menos colonizadas, ou menos escolarizadas, classes sociais menos cultas tornar-se-ão, com facilidade, permeáveis à aceitação de inovações linguísticas.” (CADEIRA, 2006, p. 25). Outros fatores que influenciaram a variação linguística do Latim Vulgar foram as influências locais, bem como os costumes culturais, a língua local, as raças populacionais que ocupavam a península, o clima, dentre outros.

Tais contextos exerceram forte impacto sobre a língua latina, pois influenciaram significativamente a marcha evolutiva da língua falada a partir de processos linguísticos adaptativos intrínsecos a própria língua. É então, a partir do princípio adaptativo que a língua varia em busca de um nivelamento comunicacional para seus falantes.

Dentro dessa esfera dialógica a língua latina passa a ter contato direto com as línguas autóctones dos povos peninsulares pré-romanos, e por mais que a disseminação do latim tenha obtido êxito no que diz respeito a sua imposição e

assimilação por parte dos povos dominados, a língua romana também acaba sofrendo influência dos estratos das línguas peninsulares. Isso decorre como resultado do jogo linguístico do qual a língua é exposta, onde é inevitável que ambas as línguas envolvidas saiam ilesas, mesmo que uma subjugue a outra, os tecidos linguísticos e dialógicos que compõe uma língua acabam permeando na outra, mesmo que de forma menos expressiva.

Passados os anos, após o longo processo de conquista da Península Ibérica, é no fim do século IV d. C. que dar-se por concluído a subjugação de toda a região. Segundo Cadeira (2006, p. 28), nesse período a Península se encontrava “(...) pacificada e próspera, estava completamente romanizada: as leis, a organização política e social e a cultura romana tinham se imposto: o Latim vulgar hispânico suplantara, já, as antigas línguas indígenas.”. No entanto, um novo episódio histórico marcaria a queda do império romano e, conseqüentemente, a queda da unidade linguística latina no rumo evolutivo da língua latina.

Em 409, com a chegada de uma grande massa de povos germânicos na Península Ibérica houve novos conflitos bélicos entre romanos e germânicos pelo domínio territorial da península, conflitos esses dos quais os novos invasores se sobressaíram vencedores. Com o domínio territorial em mãos, os germânicos logo assumiram o controle de toda a extensão peninsular ibérica, se estabelecendo em diferentes regiões. A ocupação situou-se desde a região da Lusitânia e Cartaginense pelos Alanos a região da Galécia e Bética pelos povos Suevos e Vândalos.

No entanto, já no século V, a história segue com a chegada de mais povo de origem germânica: os Visigodos. Esses, por sua vez, vieram com o objetivo de estabelecer a paz entre os povos germânicos que já ocupavam a região a priori. Mediante esse novo contexto, novos conflitos foram iniciados, mas, o resultado mais uma vez foi a vitória dos invasores. Após a conquista, Cadeira (2006, p. 28) afirma que “nos anos seguintes todos, à exceção dos suevos, são derrotados pelos Visigodos. O reino Suevo, com capital em Braga, ocupara a Galécia por mais um século, mas acabará, também, por ser integrado na monarquia visigoda.”.

Sabe-se que da invasão do império romano sobre os povos da península ibérica resultou no processo intitulado como romanização, que implica na total assimilação da cultura e língua romana. No entanto, frente ao fatídico evento da conquista dos povos germânicos sobre os romanos, esperava-se que da dominação germânica resultasse em um germanismo, ou seja, que a cultura visigoda

suplantasse a romana. Todavia, esse momento de apoderamento é eventualmente marcado por uma peripécia contrária a perspectiva da conquista territorial e política romana. O contato social dos visigodos com a cultura romana ocasionou inesperadamente na romanização dos próprios povos germânicos, resultando num fenômeno linguístico conhecido por superstrato.

Nesse caso, ao contrário do que ocorre no substrato, o superstrato é o “Nome que se dá à língua de um povo conquistador, que a abandona para adotar a língua do povo vencido”. (MATTOSO, 1998, p. 230). Contudo, além de adotarem a língua latina, os povos germânicos também passaram a fazer uso dos costumes romanos, bem como do seu sistema de organização social e político.

No tocante as contribuições germânicas para o latim, apesar de não haver uma forte expressão cultural e linguística, o domínio germânico sobre a península Ibérica durou cerca de três séculos, e dentro desse período houve ainda inúmeras contribuições lexicais germânicas para o enriquecimento da língua latina. A exemplo disso:

O vocabulário broa tem origem sueva; *ganso*, *luva*, *íngreme* são exemplos de empréstimos vocabulares visigodos. Muitas palavras de origem germânica presentes no Português, como *guerra*, *guardar* ou *trégua*, são termos que pertenciam já ao Latim vulgar, como prova o facto de se registrarem por toda România Ocidental (fr. *Guerre*, *garder*, *trêve*). (CADEIRA, 2006, p. 29).

Para além disso, os estratos germânicos atuaram ainda, mesmo que discretamente, na promoção de mudanças estruturais internas da latim falado na região da Galécia, que fica localizada ao noroeste da península hispânica. O resultado desse contato articulatorio provocou, segunda cadeira (2006):

“(...) uma diferenciação entre as línguas ibéricas, em que as oclusivas surdas intervocálicas sonorizam (RIPA > *riba*; AMICA > *amiga* (...)). A influência das línguas germânicas, com um forte acento de intensidade, está na origem, também, da ditongação, no centro da península ibérica, das vogais tónicas abertas / *ε* / e / *o* /, resultantes das vogais breves latinas *Ē* e *Ō*, contribuindo, assim, para a diferenciação entre Português (PORTA > *porta*, PETRA > *pedra*) e Castelhana (*puerta*, *pedra*). (CADEIRA, 2006, p. 29 – 30).

Houve também contribuições culturais que foram aderidas pela cultura romana, como por exemplo, os *patromínicos*, que segundo Cadeira (2006, p. 29) “(...) consiste num nome próprio formado a partir do nome do pai (...), como Gonçalves significa, então, filho de Gonçalo.”

Frente às inúmeras mudanças sociais da época, a língua falada passa por significativas transformações, tendo a diversificação do Latim vulgar hispânico como resultado. Tais mudanças são marcadas principalmente por fenômenos de variação linguística, que, por sua vez, são impulsionados por circunstâncias que encadeiraram a variação da língua latina. Além disso, Cadeira afirma ainda:

Talvez o mais significativo resultado das invasões germânicas tenha sido o facto de concorrerem para a fragmentação linguística, não tanto provocando diretamente, enquanto superstrato, mudanças linguísticas, mas desmembrando o império, fraccionando a România, separando a área ocidental da oriental (com superstrato eslavo) e apartando a Península do resto do império (CADEIRA 2006, p. 30).

No mapa abaixo se pode ter uma visão ampla do domínio germano sobre a Península Ibérica, bem como a extensão territorial dos Visigodos após sua conquista, ao qual compreende o período do início do século IV ao início século VII.

Figura 5. Mapa da Península Ibérica sob o domínio dos povos germanos (IV – VII).

Extraído de: Reino Visigótico
Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Reino_Visig%C3%B3tico

Contudo, a biografia da língua latina não se detém apenas na invasão do romanos sobre os povos ibéricos, e dos povos germanos sobre ibero-romanos, pois

ainda outro povo poderoso também haveria de exercer seu jugo dominador sobre os povos peninsulares, trazendo consigo sua parcela de contribuição linguística na história evolutiva da língua latina.

Séculos depois, um novo evento estava para acontecer, e este traria consigo a ruína do império visigodo, dando fim a unidade linguística do romance visigótico surgido durante o seu domínio sobre a península. Com a chegada dos povos árabes na península ibérica por volta de 711, inicia-se novos episódios de disputas bélicas pelo domínio territorial, dos quais resultaram rapidamente no domínio árabe sobre a região que se estende desde extensão banhada pelo mar mediterrâneo até a divisão do rio Mondego. Não tardou muito para que os árabes estabeleçam seu domínio e instalassem sua administração política, além de sua cultura e língua sobre a região subjugada.

A ocupação árabe durou cerca de cinco séculos, e dentro desse período de domínio, Cadeira (2006) afirma que o panorama geral da península se encontrava da seguinte forma: “(...) cristãos ao Norte, muçulmanos, hispano-godos convertidos ao islã, moçárabes e judeus no Centro-Sul.” (CADEIRA, 2006, p. 31). Por sua vez, o termo “Moçárabe” é um termo arábico empregado para nomear a população cristã que vivia sobre o jugo árabe, mas, que não aceitavam os seus desígnios culturais, rejeitando sua religião (islamismo) e resistindo a sua imposição linguística (árabe).

Mesmo em contato com a cultura e língua árabe, a qual foram forçados a aprender, a população representada pelos moçárabes matem-se ortodoxos a sua cultura e optam principalmente pela preservação religiosa do cristianismo e pela conservação linguística do estrato latino presente no romance visigodo. É nessa situação que surge o romance moçárabe, onde segundo Cadeira (2006), nada mais é do que a continuação do romance visigodo. Em consequência desse fato, ambas as línguas do povo dominado e do povo dominador acabam por coexistirem no mesmo espaço e “esta convivência permite a ação do superstrato árabe, que se materializa, fundamentalmente, num contributo lexical.” (CADEIRA, 2006, p. 31).

Apesar de não ter suplantado a língua da península hispânica, tal convívio propiciou um ambiente bilíngue perfeito para a promoção de um considerável enriquecimento lexical em vários campos semânticos do romance moçárabe. Partindo desse ponto de vista, a influência dos estratos árabes se mostram, em alguns aspectos léxico-semânticos, bem aceitos pela comunidade falante, pois demonstram significativa eficácia com relação a representatividade dos signos

linguísticos que dão significados aos novos vocábulos adicionados. São várias as contribuições lexicais árabes para o romance moçárabe, e muitas delas ainda são usadas com muita frequência nos dias atuais. Dentre elas se pode citar:

(...) referentes à administração e à guerra (*alcaide, almirante, alferes, alfândega, algazarra, alarido*), à arquitetura e organização urbana (*alpendre, açoteia, tabique, azulejo, andaime, armazém, bairro, aldeia*), à agricultura (*açude, azenha, nora*), à ciência (*algarismo, álgebra, cifra, azimute, zénite*), os empréstimos multiplicam-se. Exemplos de vocábulos designando instrumentos (*alicate, alfinete, almofariz, rabeca, tambor*), plantas e frutas (*alecrim, alfazema, algodão, tremoço, azeitona, laranja, limão*), alimentação (*xarope, açorda, almôndega*) dão uma pálida ideia do peso do léxico árabe no português que falamos. Muitos destes vocábulos foram caindo em desuso: *alfageme, almotacé*, são profissões que já não existem e raramente usamos as antigas medidas *alqueire* ou *arrátel*; mas ainda vestimos *ceroulas* e comemos *regueifas* e *aletria*. (CADEIRA, 2006, p. 32)

Entretanto, mesmo considerando o significativo enriquecimento dialógico do romance moçárabe, não houve de fato profundas alterações no sistema comunicativo das línguas latinas peninsulares. No caso do romance moçárabe “a síncope de L e N e a evolução e a evolução dos grupos latinos iniciais PL, CL, FL, próprias do galego-português (PLENO > port. Cheio / cast. lleno), não ocorreram no romance moçárabe”. (CADEIRA, 2006, p. 34).

Nesse caso, do processo de dialetização latino-árabe não resultou num substrato, pois não houve a abdicação da língua autóctone latina seguida da assimilação completa da língua árabe por parte dos povos hispano-godos, tão pouco resultou num superstrato, porque não houve a abdicação da língua materna árabe pela adoção do romance latino hispano-godo. No referido caso do contato Latim/Árabe, o termo que identifica tal comportamento linguístico é conhecido por **adstrato**, que segunda Cadeira (2006, p. 32-33) é o termo utilizado “para fazer referência a este convívio linguístico ‘pacífico’”.

Doutra feita, no início do século X, enquanto o domínio árabe vigorava nas terras ibéricas, ao Norte os povos cristãos refugiados se fortaleciam objetivando a reconquista territorial da península hispânica. Segundo cadeira:

Assim dividida, a sociedade hispano-goda irá empenhar-se num processo expansionista, quer reconquistando progressivamente regiões ocupadas pelo invasor quer afirmando entidades políticas diferenciadas, defendendo e alegando o seu território à custa não só de áreas reconquistadas mas também da expansão sobre o território dos reinos vizinhos. (CADEIRA, 2006, P. 35).

Com o início do movimento de expansão cristã dentro do atual território mulçumano, à medida que os povos hispano-godos avançavam, também

determinavam a divisão político-territorial das terras apossadas, assim criando reinos distintos. Dentro desse movimento de descentralização, a língua mantida de forma ortodoxa pelos cristãos do norte da península também sofre dialetizações, por sua vez, oriundas das fronteiras políticas erguidas.

Enquanto havia a centralização territorial política a unidade linguística do romance hispano-godo ao Norte permanecia homogênea. Contudo, com a criação dos reinos peninsulares hispano-godos a área norte é dividida respectivamente nos seguintes reinos: Galiza, Astúrias, Leão, Castela, Navarra e Aragão. Com a descentralização política, conseqüentemente, ocorre também um rompimento na unidade linguística, que por sua vez, leva a língua a seguir caminhos distintos e específicos de cada região delimitada. Segundo Cadeira (2006, p. 35) “Em cada uma destas regiões e, portanto, em cada um desses romances – Galego-português, Astur-leonês, Castelhana, Navarro-aragonês e Catalão –, características diferenciadas vão tomando forma.”.

Figura 6



Mapa da Península Ibérica sob o domínio árabe (momento da reconquista cristã).

Por outro lado, com o avanço da reconquista cristã, muitas características dialetais oriundas dos estratos árabes que permearam no romance moçárabe são perdidas. Evidentemente, como consequência da expulsão dos árabes das terras peninsulares, a língua mulçumana imposta perde força e dá lugar ao romance

hispano-godo que outrora encontrava-se reprimido ao ambiente familiar dentro do contexto de domínio árabe, e restrito aos cristãos refugiados ao norte.

Levando em consideração os processos de variação que ocorriam simultaneamente de forma distinta em cada reino, o romance latino hispano-godo falado ao Noroeste da península, região que se estende desde o reino da Galiza e parte do reino Astúrias até a região de Aveiro, segue uma escala evolutiva peculiar dos romances falados nos demais reinos. Seria esse os primeiros indícios que marcariam a surgimento da língua portuguesa. Por sua vez, Indicadores históricos apontam para vários fatores que acabaram contribuindo para essa evolução dialógica característica, tais como, um maior isolamento geográfico em comparação as demais regiões, a ação romanizadora fragilizada nessa região, e aos substratos e superstratos.

Levando em consideração as condições sociais, geológicas e culturais a qual a língua foi exposta, também é relevante observar “(...) que o romance do noroeste, para além de acumular as evoluções comuns ao Latim Vulgar da România Ocidental com aquelas próprias do romance visigótico, revela inovações que o distinguem dos outros núcleos linguísticos (CADEIRA, 2006, p. 36-37). É pois, dentro dessa esfera linguística, que se manifestam dois aspectos caracterizantes do romance determinantes para o nascimento da língua portuguesa: “(...) já os grupos PL-, CL-, FL- tinham evoluído para [t j], já N tinha nasalizado a vogal anterior (criando as vogais nasais próprias do português) e sincopando entre vogais.”. (CADEIRA, 2006, p. 37).

Enfim, o repovoamento cristão nas terras peninsulares é marcado por episódios turbulentos e constituem grandes marcos históricos tanto no âmbito sociocultural, quanto linguístico. A vitória cristão sobre os árabes foi o propulsor para uma nova reorganização política e social dentro do território, constituindo a criação de novos condados, cidades e reinos. Tal evento também foi o fator determinante para a evolução linguística dos romances latinos surgidos na península hispânica, atentando especialmente para as características variacionistas da língua que acabaram colaborando para o surgimento do português.

Dito isso, além dos demais aspectos citados, pode-se perceber que o principal fator contribuinte para a evolução da língua latina até o português foi o princípio de miscigenação cultural provocada, sobretudo, pelos vários episódios de invasão territorial na Península Ibérica, dos quais contribuíram sobremaneira para

sua construção linguística, a partir do contato do latim com as línguas de origens distintas.

Feito essa descrição histórico dos fatos que envolvem a materialidade linguística que influenciou a variação do latim, no próximo ponto será abordado o surgimento de Portugal e o português enquanto língua oficial no território português, fazendo também uma breve abordagem sobre as suas fases até chegar ao português falado na atualidade.

3.1 O SURTIEMTO DE PORTUGAL E AS FASES DO PORTUGUÊS

Como pudemos observar no ponto anterior, após serem expulsos de suas terras pelos árabes, por volta do século XIII houve uma grande mobilização por parte da nobreza visigoda, a qual organizaram-se e fortaleceram-se, constituindo núcleos políticos que visassem a expansão territorial, objetivando a retomada das terras Ibéricas. Não demorou muito para que o processo de reconquista iniciasse, sob o comando de Pelágio, fundador e primeiro rei de Astúrias, os exércitos Hispanogodos entram em batalha contra o invasor no território de Covadonga, da qual saíram vitoriosos. Segundo Cadeira (2006, p. 39), “Tornada lenda, esta batalha simbolizará o início da reconquista cristã.”.

Após a largada da reconquista territorial, aos poucos outras regiões foram sendo libertadas do jugo árabe, e no decorrer do século IX os territórios do Vale do Douro, seguido da região que compete até ao rio Mondego também foram livres. Um fato importante que ocorreu nesse evento, segundo Assis (2014, p. 25-26), é que “A reconquista toma fôlego cristão quando é descoberto o túmulo de um apóstolo de Cristo em Compostela; esse fato, inusitado, arrasta nobres de toda a Europa para juntar-se, agora, numa guerra santa.”.

No final do século recorrente, o condado de Castela é fundado pelo então rei de Astúrias e leão, Afonso III. O condado competia a região de Burgos, a qual a delimitava, contudo, a medida que avançavam os esforços pela reconquista, também permitia o alargamento territorial, somando novas extensões ao condado. Tal fator foi determinante para a promoção da autonomia e independência das terras reconquistadas. Após a ascensão do Condado de Portucale, é concedido ao representante do rei Afonso III o título de Conde, delegado ao fidalgo Vimara Peres, cavaleiro de guerra na reconquista cristã. No entanto, Assis (2014, p. 26) afirma que

“No final do século X, um ataque de Almansor abala a dinastia dos condes, o que só é retomado mais adiante com Henrique de Borgonha.”.

Já no século XI as extensões territoriais que competem a região de Portucale e Coimbra são englobados em um único Condado pelo vigente rei de Castela e Leão, Afonso VI, o qual os empossa como cortesia ao seu genro D. Henrique, cônjuge de D. Teresa, sua filha. Após esse feito, segundo Cadeira (2006, p. 40), “O Conde Henrique torna-se então senhor da região a sul do Minho e de duas cidades no reino de Leão, Astorga e Zamora; a D. Raimundo, casado com outra filha de Afonso VI, foi entregue a Galiza.”.

Contudo, a família real de D. Henrique é vítima de um golpe aristocrático, tramado por seu filho Afonso Henriques, que influenciado por uma pequena classe da elite fidalga, almejavam reclamar o poder sobre o Condado portugalense. É pois, no ano de 1128, Segundo Assis (2014, p. 26) que Afonso Henriques “(...) ascende ao governo de Condado, na batalha de São Mamede, como ficou conhecida, tornando-se rei quinze anos depois, com o tratado de Zamora.”, em 1143. Nos anos seguintes, juntamente com o movimento de reconquista, outros territórios vão sendo libertos e reintegrados ao território português, bem como ocorreu em 1147 com Santarém e Lisboa. No entanto, somente em 1179 que é reconhecido a então independência de Portugal, declarada pelo papa Alexandre III.

É pois, em 1249, já sob o reinado de Afonso III, que o Território de Faro também é liberto dos inimigos, e este, juntamente com os demais territórios reconquistados, acabaram por traçar uma nova planta no mapa de Portugal. Segundo Cadeira (2006, p. 40), “Fica, assim, delineada uma das fronteiras mais antigas e estáveis da Europa.”.

Mais ao centro da península Ibérica, por volta século XV, houve também um movimento de reconquista territorial, este comandado pelos Reis Católicos castelhanos. Apesar de ser considerada mais lenta em relação a outras regiões, obteve sucesso, conquistando o território de Granada, ultimo território dominado pelos árabes-berberes, também chamados de mouros. No entanto, apesar de ser mais lenta, tal conquista foi determinante para garantir uma significativa expansão territorial, beneficiando também a Portugal. Segundo Assis:

Castela avança para o sul sobrepondo-se aos árabes e aos países vizinhos, criando dessa forma uma hegemonia, da qual Portugal fará parte. À medida que o território ia se alargando, D. Afonso Henriques trabalha em favor do povoamento e da organização administrativa, econômica e social das áreas

conquistadas, o que foi fundamental para a consolidação das fronteiras e para a sobrevivência do reino. (ASSIS, 2014, p. 28).

Somente em 1297, que dar-se por concluído a delimitação territorial de Portugal, com a comemoração do Tratado Alcanices feito entre os reinos de Portugal e Castela, respectivamente, representados pelos reis D. Dinis e D. Francisco. Segundo Assis (2014, p. 28), “Distanciado da Galícia e acrescido de mais terras reconquistadas, o centro de Portugal transfere-se o sul. Apesar de o primeiro Rei preferir Guimarães, seus sucessores optaram por Coimbra e em 1255, Afonso III instala-se em Lisboa (...)”. Vale ressaltar que, mesmo após tantos anos, atualmente, Lisboa ainda é a capital de Portugal.

Durante esse período, a medida que o movimento de expansionista avançava dominando novas terras, a língua consolidada ao norte da península também era disseminada nas regiões ao sul, antes ocupadas pelos árabes, sufocando os dialetos moçárabes resultantes do choque linguístico que afloraram durante o seu domínio. Segundo Assis:

Originado de uma língua usada no Norte, o português foi levado à medida que a Reconquista progredia. Durante o período compreendido entre o início do século XIII e meados do século XIV, a língua usada é nascida no Norte, o galego-português (...). (ASSIS, 2014, p. 28).

Por sua vez, o galego-português teve também uma importante participação histórica na produção poética da época, era considerada uma língua trovadoresca, pois fez parte do movimento lírico medieval, através da composição de versos e poemas que eram interpretados através de suas canções. Segundo Cadeira:

Não se pode dizer que a língua dos trovadores fosse diferente da língua dos notórios, mas a especificidade da produção poética permite uma diferente utilização da língua: a língua dos trovadores consubstancia uma estilização da língua falada dos dois lados do rio Minho e perpetua arcaísmos e convencionismos literários. (CADEIRA, 2006, p. 47)

Com relação as questões linguísticas que permeiam o surgimento de Portugal, durante o processo de reconquista as tropas visigodas trouxeram consigo a liberdade para as terras peninsulares e o romance linguístico falado ao norte da península, disseminando-o. Cadeira (2006, p. 45) afirma que “Durante os primeiros séculos da reconquista cristã, a língua falada foi, seguramente, adquirindo uma fisionomia peculiar que não se traduzia, ainda, na escrita. O Latim continuava a ser a língua de prestígio.”. Por este motivo, vários documentos importantes da história de

Portugal são escritos em Latim, tais como: “(...) os documentos do Condado Portucalense de D. Teresa e D. Henrique e os do reino independente de Afonso Henriques.”. (CADEIRA, 2006, P. 45).

A medida que o território português se consolidava territorialmente e politicamente, barreiras linguísticas foram sendo delimitadas, fazendo com que a língua falada na região portuguesa se distanciasse dos dialetos falados nas outras regiões, emancipando-a linguisticamente. É, pois, durante o reinado de D. Dinis, no século XIII, que a língua portuguesa é adotada como língua oficial de escrita pela Chancelaria régia de Portugal. Esse fato histórico representa a primeira fase do Português em Portugal, mais conhecida como Português Antigo, que estende-se aproximadamente até ao fim do século XIV ou até a metade do século XV. Em decorrência desse novo decreto linguístico, segundo Cadeira:

Multiplicam-se, então, os diplomas reais e particulares, as leis gerais e locais produzidos em português. Mas a adoção do português enquanto língua de escrita, embora decisiva para a afirmação da língua, deve refletir uma prática bastante difundida. Dessa prática tão testemunho documentos escritos em português como o **Testamento de Afonso II**, de 1214, a **Notícia de Torto**, sensivelmente da mesma data (...).” (CADEIRA, 2006, p. 45)

Contudo, inicialmente, enquanto ainda estava em fase de elaboração linguística, que segundo Assis (2014, p. 37) “(...) é o processo de eliminação de dialetos em torno de um centro hegemônico, que busca a unificação de um idioma nacional.”. Nessa época a prática da escrita em língua portuguesa ainda era um desafio, pois, a falta de parâmetros ortográficos e fonéticos representativos para as palavras latinas ocasionou numa disparidade das representações gráficas das palavras.

Tal fato ocorreu devido a interferência da subjetividade de cada autor, que na tentativa de representar determinados sons latinos em português, acabavam divergindo as escritas de documentos, não sendo estranho um mesmo documento conter as mesmas palavras, porém, escritas de maneira diferente. Segundo cadeira (2006, p. 48), “A fase do Português Antigo (e até ao renascimento) corresponde, na história da nossa ortografia, ao Período Fonético. (...) A característica principal do Período Fonético é, assim, a liberdade gráfica (...)”.

Em sua Segunda fase histórica, o português passa por um longo processo de amadurecimento, e é marcado por fatídicos acontecimentos que contextualizavam um período de crise em Portugal, este acompanhado por uma crise dinástica no

reino que resultou no declínio da nobreza e ascensão da classe burguesa, fruto da forte evasão das zonas rurais e do aumento populacional das zonas urbanas.

Além dos já mencionados, Cadeira (2006) também aponta para a Batalha de Aljubarrota em 1385, um marco que testemunhou um dos momentos mais importantes de Portugal, sua independência do reino de Castela. Segundo o autor: “(...) Aljubarrota simboliza a independência nacional. No pano de fundo da depressão econômica de uma Europa exaurida pela fome, pela peste, pela guerra, Portugal arrisca, nesse momento, a sua independência.” (CADEIRA, 2006, p. 59).

Após o triunfo da burguesia, D. João I é aclamado nas cortes régias de Portugal, localizadas em Coimbra. Com o governo em suas mãos, juntamente com a nova monarquia, agora desvinculados de Castela politicamente e linguisticamente, procuram afirmar sua política e passam a buscar novos recursos e rotas comerciais, visando o fortalecimento do reino. Outro fato que envolve a data de 1385 é a expansão ultramarina, que é tida como uma consequência da revolução portuguesa contra Castela, e marca o início de grandes mudanças sociais e culturais para o reino de Portugal, agora centrado em Lisboa.

Além disso, a contribuição cultural feita pelo corte de D. João para o reino é notória e causam impacto significativo no processo de conscientização e amadurecimento linguístico do português. Nessa época, Cadeira afirma que:

A presença de mestres que exerciam funções de aios e professores torna-se habitual, não apenas na corte régia mas também nas cortes senhoriais e mesmo nas residências dos burgueses mais ricos. No tempo de D. João e D. Duarte os moços da corte tinham escola própria, com biblioteca, escrivães e letrados ao seu serviço. É a corte que concentra a vida cultural portuguesa: até Universidade está sob a ‘proteção’ do rei. (CADEIRA, 2006, p. 58).

Nessa época há um grande interesse pela tradução de textos mais antigos para a língua portuguesa, tais como novelas cavaleirescas, crônicas e Nobiliários, dentre outros. A partir de meados do século XV surge também a produção poética, que emerge concomitante a forte maturação da prosa, que segundo Cadeira:

(...) implica uma evolução na escrita: linguagem figurada, comparações, metáforas configuram já uma literatura portuguesa em prosa, com estilos literários próprios de cada prosador. A frase é ainda longa, o período complexo, a coordenação abundante, mas o texto vai se tornando cada vez mais próximo do Português moderno. (CADEIRA, 2006, p. 59).

Todo esse movimento do evolução linguística e produção literária ocorridos entre os finais do século XIV, passando pelos séculos XV e XVI dentro reino

impulsiona a afirmação da língua portuguesa, e surgem então as primeiras gramáticas, o que permite que a língua agora passe por um processo de elaboração seguindo uma perspectiva normativa. Segundo Assis (2014, p. 38) “Neste período, a língua se consolida e estrutura dentro do país, ao mesmo tempo em que se expande para fora das fronteiras europeias.”, através da expansão marítima. Após esses fatos, se extingue o Português antigo e dá lugar ao Português conhecido historicamente como Português Médio.

Em sua terceira fase, a evolução do português já vem sendo acompanhada pela evolução das técnicas de navegação, que por sua vez, permitiram que a língua portuguesa fosse exportada para outras regiões, “(...) espalhando-se pelas ilhas do Atlântico, pelas Costas da África, Ásia e América.”, (ASSIS, 2014, P. 38). A chamada evolução ultramarina foi a porta de escape para a expansão portuguesa através das águas oceânicas, já que após estabelecer um termo de paz entre Castela em 1414, o reino de Portugal se via cercado por fronteiras territoriais delimitadas.

Os principais fatores que impulsionaram a expansão ultramarina segundo Cadeira (2006, p. 65) foram: “a depressão económica, o declínio das zonas rurais, a necessidade de afirmação nacional e consolidação da nova monarquia, impelem o reino para os descobrimentos e conquistas dos séculos XV e XVI. Alcançando seu objetivo, o movimento expansionista somou para o reino português vários territórios, e as suas respectivas colonizações permitiram que a cultura e a língua portuguesa invadissem as novas terras estrangeiras. Sobre os fatos históricos que marcaram as conquistas oriundas das grandes navegações, Assis (2014) faz as seguintes afirmações:

No ano de 1415, a Tomada de Ceuta abriu caminho para acesso à costa da África e representa o primeiro na expansão mundial do Império Português, o primeiro a ser formado; em 1488, Bartolomeu Dias dobra o Cabo da Boa esperança; em 1498, Vasco da Gama chega a Índia e, finalmente, em 1500, ocorre o descobrimento do Brasil. Além desses territórios conquistados, acrescenta-se Malaca, China e Japão. (ASSIS, 2014, p. 38)

Com a chegada dos portugueses as terras brasileiras, inicia-se um processo de colonização, o que implica no primeiro momento a necessidade de intercâmbio linguístico, contudo, a medida que instalavam-se, os colonos portugueses também disseminavam sua cultura e língua dentre os povos aborígenes, ao mesmo tempo que extraíam matérias primas para exportação e comércio. Por sua vez, também denominados por Companhia de Jesus, os principais propagadores dos aspectos culturais e linguísticos portugueses foram os jesuítas, que segundo Cadeira (2006,

p. 68) aliaram “(...) à ação missionária uma notável ação cultural e difundiu a imprensa e a língua portuguesas ao longo dos séculos XVI e XVII.

Além disso, o autor ainda menciona a criação de materiais de caráter didáticos com a finalidade de ensinar a leitura e a escrita, além da elaboração de cartilhas de vocabulários. Segundo Cadeira (2006, p. 66), (...) o envio de livros e mestres para as novas terras são o resultado, não apenas da intensificação das trocas comerciais mas também do esforço de afirmação cultural e do orgulho nacionalista. É válido ressaltar também que, assim como no processo de variação que permitiu a evolução da língua latina até a língua portuguesa houve a influência dos estratos linguísticos, por sua vez, o intercâmbio linguístico promovido pela intervenção portuguesa nas diferentes regiões conquistadas permitiram uma forte difusão linguísticas de diversas culturas, resultando num significativo enriquecimento lexical. Dito isto, Cadeira afirma que desse enriquecimento dão testemunha palavras como:

(...) jangada, canja, pijama, biombo, são importados das línguas asiáticas, banana, girafa, missanga, de línguas africanas. No Brasil, o Tupi-guarani legou-nos milhares de palavras. Algumas pertencem, apenas, ao léxico estritamente usado no Português brasileiro, outras tão vulgares como ananás, amendoim, cacau, fazem parte do vocabulário que usamos, todos os dias, em Portugal. (CADEIRA, 2006, p. 67).

Mesmo sendo, inicialmente, por questões comerciais, o processo de conquista portuguesa foi acompanhado pela ação evangelizadora, que por sua vez, atuou no alicerce linguístico em seus domínios territoriais asiáticos, africanos e americanos, promovendo a fixação de falantes de língua portuguesa. De forma geral, cadeira (2006, p. 68) afirma que “o intercurso comercial e a ação evangelizadora tornam o Português um símbolo de cultura cristã e língua franca de marinheiros, mercadores, missionários, europeus e não europeus.

Concomitante aos avanços das conquistas marítimas, no século XVI em Portugal aconteciam três fatos importantes que promoveram significativas mudanças na história e na língua portuguesa, bem como a publicação da *grammatica da lingoagem portuguesa*, escrita por Fernão de Oliveira, a implantação do tribunal eclesiástico regido pela igreja católica que era denominado como santo Ofício da Inquisição, e por fim, a encenação dramática da peça *Floresta de enganos* em 1536, de Gil Vicente. Segundo Assis:

A gramática de Fernão de oliveira, publicada em 1536, representa o início da reflexão metalinguística sobre a língua. A partir desse período, as fontes

para o estudo da língua são os próprios informantes que refletem sobre mudanças linguísticas. Gil Vicente, autor medieval com influências clássicas, representa a transição entre a cultura e a língua medievais e o renascimento, entre o Português Médio e o Clássico. (ASSIS, 2014, p. 40)

Enquanto isso, no continente europeu aflora o movimento humanista, que exalta a valorização de uma nova perspectiva da cultura antiga, desvendando a realidade de novos prismas de uma sociedade que busca uma maior criticidade quanto aos saberes humanos. Com a forte difusão do pensamento europeu, não tardou muito para que influência humanista invadisse a cultura e os pensamentos literários portugueses. Dos escritores que fizeram parte desse movimento em Portugal Cadeira (2006, p. 69) cita “Sá de Miranda, (e, mais tarde, André de Resende, Pedro Nunes, Garcia de Orta)”. O autor afirma ainda que “É pela sua mão que é, aqui, introduzida a ‘medida nova’, abrindo caminho a novos gêneros literários e a uma utilização cada vez mais elaborada e engenhosa do Português.”, (CADEIRA, 2006, p. 69).

A partir desse momento a língua passa a ser visto sob perspectiva que transcende o simples ato comunicativo, passando agora a ser encarada como um objeto de estudado, onde os estudiosos, através da análise linguística, objetivavam descrever o aspectos que a envolviam. Além disso, Cadeira afirma também que:

Ao louvor da língua portuguesa e à sua valorização enquanto fator de consolidação de um império alia-se o interesse pela codificação. A fixação de uma norma linguística torna-se um objeto dos gramáticos. Nacionalismo, ideal unificador e expansionista traduzem-se em preocupação com o ensino da língua portuguesa. Multiplicam-se as gramáticas, os vocabulários e as ‘cartinhas’ (cartilhas). (CADEIRA, 2006, p. 69).

Exemplificando tais interesses, documentos escritos pelo gramático João de Barros, ainda no século XVI, testificavam já uma visão humanista da reflexão sobre a língua, e desses documentos são citados o *Diálogo em louvor da nação*, além de gramática de sua autoria e uma cartilha. Por sua vez, todo esse movimento de valorização nacionalista da língua é reflexo da influência humanista, e aderindo a esse movimento vários autores passaram a compartilhar o mesmo espírito patriota em defesa da língua. Segundo Cadeira:

Nos finais do século XV Nebrija introduzira na Península esse espírito, ao publicar uma gramática do castelhano. Em Portugal, às gramáticas de oliveira de Barros seguir-se-ão, no séculos XVI e XVII, as gramáticas e tratados e ortografia de Duarte Nunes de Leão, Magalhães de Gândavo, Bento Pereira. Ainda no século XVI, Jerónimo Cardoso inaugura a lexicografia portuguesa, com diversos dicionários de Latim-Português e Português-Latim. (CADEIRA, 2006, P. 69-70)

Por volta do século XVII, grandes nomes da filosofia e seus pensamentos passam a ser estudados na Europa, bem como “(...) Galileu, Descartes, Pascal, Espinosa, Leibniz, Newton.”, (CADEIRA, 2006, p.70). Contudo, Portugal é privado inicialmente de tais conhecimentos, pois com a entrega do colégio das Artes aos jesuítas em 1555, pelo então rei de Portugal D. João III, resultou numa restrição educacional pautada apenas em Aristóteles e na filosofia Escolástica, que vincula os aspectos religiosos com o ensino.

Durante o período que se inicia nos termos do século XVI até o fim do século XVII há uma valorização da literatura monástica, devido a influência religiosa da Companhia de Jesus. Ainda nessa época, grandes nomes inauguram suas criações artísticas de expressão da língua, surge então a novela sentimental através de Bernardo Ribeiro, no teatro ascendem nomes como “(...) Chiado, Prestes, António Ferreira ou Ferreira de Vasconcelos.”, (CADEIRA, 2006, P. 71), nas cortes destacam-se os teatros de cordel. Com a euforia das grandes navegações, surgem as histórias relacionadas aos desafios e novas descobertas, e nomes como “Castanheda, João de Barros, Diogo de Couto, Damião de Góis, Gaspar Correia, Bernardo de Brito mantêm viva a historiografia.”, (CADEIRA, 2006, p. 71).

Com a publicação da epopeia de Camões no século XVI a construção linguística e literária ganham um olhar sensível e crítico quanto a sua estética, que segundo Cadeira (2006), seria inspirada na poética de Sá de Miranda. Por sua vez, a Poética de Sá de Miranda também abriu caminho para o aperfeiçoamento prosaico de Vieira, já no século XVII. Em resposta a todo o processo de polimento e amadurecimento linguístico refletido nas produções escritas desse período, segundo Cadeira (2006, p. 71) houve a consolidação de “uma língua literária que chegará, quase incólume, até aos nossos dias. O autor afirma ainda que:

Da língua espera-se, agora, que sirva objetivos estéticos, harmonizando-se com o pensamento, burilando o ritmo, a musicalidade, a expressividade do texto literário. Da literatura espera-se exuberância e grandiosidade. Trocadilhos, antíteses, paralelismos, aliterações, hipérbolos são malabarismos que dão solidez a uma língua literária que retoma o modelo latino, do qual decalca a sintaxe e o léxico. É esse o maior contributo linguístico do português Clássico: a construção frásica que imita a latina, a abundância de subordinação, os latinismos que enriquecem o acervo lexical. (CADEIRA, 2006, p. 71).

Já nos finais do século XVII a língua portuguesa já está consolidada e elaborada literariamente, não se trata mais de um português Médio, mas sim de um

Português Clássico firmado através da escrita de inúmeras obras literárias, além de considerável acervo de gramáticas, ortografias e dicionários. Dentro dos períodos citados, toda as mudanças ocorridas na língua Portuguesa dentro de Portugal caracterizam a terceira fase do português e são refletidas exteriormente através da expansão colonialista, firmando ainda mais a língua portuguesa nas áreas conquistadas, como o Brasil, onde a língua irá continuar seguindo seu curso de evolução, até chegar no Português Moderno, tendo início no século XIII, e seguir-se-á até aos dias atuais

Por fim, após a descrição histórica feita até aqui, pudemos observar os fatos históricos que descrevem a evolução linguística que permitiu o surgimento da língua latina a partir do Proto-indo-europeu, e da língua portuguesa a partir do Latim, todos por meio dos processos de variação linguística que ocorreram através da influência dos estratos linguísticos de outras línguas. Partindo desse contexto, como objetivo geral deste trabalho, no próximo ponto será realizada uma análise comparativa dos processos de formação de palavras latinas e portuguesas, objetivando, por meio deste, construir um paralelo contendo as similaridades e dissimilaridades existentes entre eles.

4 PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS LATINAS E PORTUGUESAS: SIMILARIDADES E DISSIMILARIDADES

Sabemos que os processos de formação de palavras são os responsáveis pela criação de novas palavras e, conseqüentemente, pela ampliação do léxico de uma língua. Como foi visto nos capítulos anteriores, a ação dos estratos linguísticos, junto as mudanças sociais e culturais sobre Latim impulsionou a variação linguística, permitindo que ela evoluísse e gerasse outras línguas como o Português, mas também resultou numa grande contribuição lexical a partir do intercâmbio linguístico entre o Latim e diferentes culturas linguísticas. Sabendo que a língua portuguesa é oriunda do Latim, é inegável afirmar que ela tenha herdado características latinas tanto em sua estrutura morfolexical (palavras/radicais/afixos) quanto nos processos que a formam, contudo, ao si tornar uma língua autónoma adquiriu para si particularidades exclusivas do Português.

Com base nisso, partindo de uma análise comparativa, passaremos a verificar quais as similaridades e dissimilaridades existentes entre os processos de formação de palavras latinas e portuguesas. Para isso será tomado como base a Gramática Latina de Napoleão Mendes de Almeida (2000) e a Moderna Gramática Portuguesa de Evanildo Bechara (2009). Por fim, alicerçado nos resultados obtidos, será construído um paralelo que comtemple de forma resumida e prática as similaridades e dissimilaridades existentes entre os processos de formação de palavras de ambas as línguas.

4.1 PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS LATINAS

A iniciar pela língua latina, pode-se observar que Napoleão Mendes de Almeida, destaca em sua Gramática Latina basicamente dois processos de formação de palavras, são eles a Composição e a Derivação, no entanto, a maneira operante de cada um desses processos diverge das que conhecemos em Português. Segundo o autor; “na **composição**, o sentido da palavra fundamental é

modificado mediante palavras, preposições ou partículas, que se antepõem. A forma da palavra fundamental permanece praticamente inalterada.”, (ALMEIDA, 2000, p. 323). Exemplo: **de-currère**

Quanto a **Derivação**, o autor afirma que “(...) o sentido da palavra fundamental é modificada pela troca da sílaba ou sílabas finais. A forma da palavra fundamental passa a ser outra, dela permanecendo só a raiz ou tema.”, (ALMEIDA, 2000, p. 323). Exemplo: **cur-sare**

Além de ocorrerem separadamente, os processos de formação de palavras latinos também podem acontecer de modo simultâneo, onde a composição e a derivação aparecem na mesma palavra. Para exemplificar tal caso, Almeida (2000) cita a palavra **imbellis** (não combatente), que se configura como um caso de composição devido a anteposição por assimilação da partícula de negação **in**, que adquire uma nova roupagem e passa a ser **im**, como também é considerada um caso de derivação, pois houve modificação na terminação da palavra principal **bellum** (guerra).

COMPOSIÇÃO:

O processo de composição latino ocorre na formação de novas palavras que pertencem às classes gramaticais dos substantivos, adjetivos e verbos, ocorrendo neles, vários casos de assimilação das partículas que as antecedem, ocasionando na modificação das mesmas. Com relação aos substantivos compostos, Almeida (2000, p. 323), apresenta os seguintes casos:

Substantivos compostos:

agricōla (*agri*, genitivo de *ager* = campo; *cola*, do verbo *colo*) = cultivador do campo, agricultor.

signīfer (*signi*, genitivo de *signum*; *fer*, do verbo *fero*) = portador de bandeira, porta-bandeira.

Em nota, o autor menciona que na composição há casos que, por mais que pareçam esteticamente com a composição, na realidade corresponde apenas a uma outra configuração da maneira de escrevê-las. “Nos verdadeiros compostos,

somente o elemento componente final se declina.”. (ALMEIDA, 2000, p. 323). Para este caso, Almeida menciona as seguintes palavras:

jusjurandum = *jus jurandum* (juramento)

respublica = *res publica* (estado)

Adjetivos compostos:

magnanimus (*magnus*, a, um = grande; *animus*, i =espírito) = dotado de grande espírito, de grande alma, magnânimo.

Quadrupes (*quadrus* – de *quattuor* = que tem quatro; *pes*, *pēdis* = pé) = de quatro pé, quadrúpede.

Verbos compostos:

Referente a composição dos verbos, assim como nos outros casos citados, seu processo de formação também baseia-se na anteposição de uma partícula ou preposição a um verbo simples. No entanto, Almeida (2000) menciona que a assimilação dessas partículas ou preposições aos verbos podem ocasionar mudanças estéticas, quanto a própria estrutura das partículas e preposições. Dito isso, o autor afirma que “desse ajuntamento podem vir: 1.º - Mudança de forma da preposição; 2.º - Mudança de forma e de prosódia do componente.”. (ALMEIDA, 2000, p. 324).

Mudança de forma da preposição:

Sobre as mudanças de forma da preposição, Almeida (2000, p. 324-325-326), menciona 10 casos. São estes:

1- **Ab** – indica afastamento, separação: ab-ẽo (ir para fora, retira-se, ir-se embora). Transforma-se em:

abs, antes de **e** e de **t**: abs-cedo (afastar se), abs-tĩnẽo (abster-se)

as, antes de **p**: as-porto (transportar para fora, levar)

au ou **a**, antes de **f**: au-fěro (tirar para fora, arrebatado, retirar), a-fũi (perf. de ab-sum, estar fora, ausente)

a, antes de **m** e de **v**: a-mőveo (mover para fora, afastar), a velho (colher para fora, isto é, arrancar).

Em nota, o autor acrescenta ainda que **Ab** pode também exprimir, em alguns casos, a ideia de privação ou negação. Como exemplo é citado: “ab-similis (dessemelhante), a-mens (sem mete, louco).”. (ALMEIDA, 2000, p. 324). Além disso, tanto **Ab**, quanto **a**, são consideradas variações da preposição **Abs**, sendo ela a sua forma primitiva. Exemplificando o caso o autor cita: abs te (o mesmo que a te).

2- **Ad** – Indica aproximação: é o contrário de **ab**. O **d** final assimila-se, sempre que possível, à consoante que inicia a palavra simples:

ac-cedo	na-necto
ac-qui-ro	ap-porto
af-fěro	ar-rĩpio
ag-grědior	as-surgo
al-lĩgo	at-tendo

Além dos casos citados, o autor afirma que, quando **ad** antecede a consoante **s** seguida de outra consoante (impuro) ocorre a remoção do **d**, reduzindo o termo a **a**, como exemplifica Almeida (2000): a-spĩcio. Outro caso específico citado pelo autor, onde também ocorre essa redução é na palavra a-gnosco.

3- **Cum** – Exprime muitas ideias: concomitância, concordância, reciprocidade, ligação, reforço, etc. Antigamente se escrevia **com**, e é assim que aparece na composição.

Transforma-se em **co** antes de vogal (ou de h) e em cognosco:

co-arto	co-opěrio
co-ěo	co-hĩbeo
co-inquĩno	co-gnosco

Vale ressaltar que **Cum/Com**, também apresenta casos de particularidades. Segundo Almeida (2000), uma delas é a imutabilidade da forma **com** quando antecessora de labial: (com-bibo, com-pũto, com-mitto). Outro caso é a assimilação do **m** antes das consoantes **l** e **r** (col-labor, cor-rumpo). Por fim, quando **com** é anteposto a outras consoantes, sua forma muda para **con** (con-certo, con-juro, con-vênio).

4- **De** – Indica de cima para baixo (**de-spicere**: olhar de cima para baixo, isto é, desprezar), separação (**de-ligo**), negação (**de-disco**), reforço (**de-vinco**).

É importante frisar que Almeida (2000) afirma que na composição, que **De** não é afetada por alterações, conservando sua forma original.

5- **Ex** – Indica para fora (ex-pono), reforço (e-vinco).

Aparece sobre as formas **ex** e **e**, assimilando-se antes de **f**:

ex-ẽo	e-mitto	e-rĩpio
ex-trãho	e-do	ef-fẽro

6- **In** – Existe como preposição (= em, sobre) e como partícula privativa (= não).

O **n** assimila-se em **m** antes da labial, em **l** antes de líquida:

Im-mergo	il-lãqueo
----------	-----------

7- **Ob** – Indica oposição (na frente, contra, adiante).

O **b** assimila-se em **e** antes de **c** (oc-curro), em **f** antes de **f** (of-ficio), em **p** antes de **p** (op-põno).

Sobre as particularidades desse caso, Almeida (2000) afirma que há uma redução da forma **ob** para **o** na palavra (o-mitto), mudando para **os** na palavra **ostendo**.

8- **Sub** – Significa por baixo (**sur-rĭpio**), sob (**sup-pŏno**), de baixo para cima (**sub-ĕo**, **su-spĭcio**). O **b** assimila-se antes de:

c – suc-curro	m – sum-mŏveo
f – suf-fĭcio	p – sup-pŏno
g – sug- gĕro	r – sur-rĭpio

Em nota de observação, Almeida (2000) afirma que **Sub** em alguns casos de palavras iniciadas pelas letras **c**, **p**, **t**, alterou-se a forma para **sus**, devido a influência de sua forma passada **subs**, e menciona os seguintes exemplos: sus-cipio, sus-pendo, sus-tollo. Outra particularidade é a redução da forma em **su** quando anteposta a algumas palavras iniciadas por **s**, bem como: su-spiro, su-spĭcio.

9- **Dis** - Partícula que significa separação, dispersão: dis-jungo, dis-curro.

Transforma-se em:

dif – antes de f: dif-fĕro

dir – antes de vogal: dir-ĭmo

Reduz-se a **di** antes de:

d – di-dŭco	r – di -rĭpio
g – di-gĕro	v – di-velho
l – di-lābor	s impuro – di-stingŭo
m – di-mitto	j – di-jŭgo
n – di-numĕro	

10- **Re** – A ideia fundamental é de repetição, que poderá distinguir-se em para trás (re-gredior), outra vez (re-pĕrio), reforço (re-lĭgo), negação (re-clŭdo) e ocultamento (re-lĕgo).

Assume a forma **red** antes de vogal: red-ĕo.

Assume a forma **redi** em redi-vivus.

Mudança de forma e de prosódia do componente:

Com relação as mudanças da forma e da entoação dos sons característicos da acentuação, Almeida (2000, p. 326-327), faz as seguintes considerações:

1- **A breve** frequentemente se transforma em i breve em fim de sílaba:

răpio – erĩ-pio cădo – re-cĩ-do
făcio – com-fĩ-cio căpio – parti-cĩ-pis

2- **A** transforma-se em e quando no meio da sílaba:

factus – con-fec-tus
capio – parti-ceps

3- **A**, quando logo e em fim de sílaba, não se altera: pro-strā-vi.

4- **E breve** transforma-se em i breve quando em fim de sílaba:

těneo – re-tĩ-neo spěcio – de-spĩ-cio

5- **E longo** não se altera nem quando em fim nem quando em meio de sílaba:

ěgi – ad-ě-gi těntus – re-těn-tus

6- **AE** transforma-se em ī longo:

Caedo – re-cī-do

7- **Au** transforma-se em ō longo ou em ū longo:

Plaudo – ex-plōdo claudo - inclūdo

Em nota Almeida (2000) complementa atentando para algumas particularidades inerentes a mudança de forma e prosódia do componente, fazendo as seguintes observações:

1ª- As regras citadas não se configuram como absolutas.

2ª - No caso de *dăre* o **a breve** é mantido é uma de suas formas compostas: *circumdăre*, (*circumdătum*). Quanto aos demais compostos, Almeida (2000, p. 327) afirma que “(...) seguem na 3.º conj.: *abděre*, *conděre*, *deděre*, *eděre*, *perděre*, *proděre*, *redděre*, *tradere*.”

3ª - Na composição os casos em que há alteração da vogal denomina-se apofonia, palavra grega que segundo Almeida (2000, p. 327): “(gr. *Apó*, que exprime afastamento: *phoné*, voz).”

O autor acrescenta ainda que, quando trata-se de palavras compostas, se deve ter uma certa cautela quanto a sua pronúncia, pois Almeida (2000, p. 327) afirma que “o simples fato, por exemplo, de um **e** ter-se transformado em **i** já indica que ele é breve: constituindo, pois, a penúltima sílaba de uma forma composta, o **i** não pode ser acentuado: *těneo* – *abstĩnes*, *retĩnes* (*ábstines*, *rétnes*).

DERIVAÇÃO

No caso da derivação, este processo é empregado em três classes gramaticais, sendo elas, os substantivos, os adjetivos e os verbos. Segundo Almeida (2000, p. 328-329), os casos de derivação ocorrem da seguinte maneira:

Substantivos derivados:

- 1- Do supino, para designar o praticante da ação, mediante as terminações **tor** (masc.), **trix** (fem.) e **sor** (masc.), **strix** (fem.):

inven- tor , inventor	inven- trix , inventora
defen- sor , defensor	defen- strix , defensora

Vale ressaltar que o termo Supino, empregado em alguns casos da derivação, se remetem aos verbos latinos, em que suas formas nominais não foram passadas para o português.

2- Ainda do supino, mediante as terminações **tio** ou **sio** e **tus** ou **sus**, para designar a própria ação verbal, o ato:

Inven- tio , descobrimento	defen- sio , defesa
Adven- tus , chegada	cur- sus , corrida

3- De adjetivo, mediante as terminações:

- ia**: audac-**ia** (de audac-is)
- itia**: pigr-**itia** (de pigr-i)
- itas**: dign-**itas** (de dign-i)
- itudo**: magn-**itudo** (de magn-i)

4- De outro substantivo, para formar diminutivos, mediante as terminações:

lus, la, lum: libe-**lus** (de liber) filiõ-**la** (de filia), puerũ-**lus** (de puer).

cũlus, cũla, cũlum: flos-**cũlus** (de flos), navi-**cũla** (de navis), taberna-**cũlum** (de taberna).

Em nota Almeida (2000, p. 328) afirma que além dos citados, existem outros diminutivos conhecidos em latim, são esses: “**ellus, ella, ellum; illus, illa, illum; uncũlus, a, um; io, cio, uncio.**”.

5- De verbo, para indicar tendência, mediante a terminação **ũlus**;

- garr-**ũlus**, que gosta de palrar
- quer-**ũlus**, que tem o hábito de queixar-se

Adjetivos derivados:

- 1- De verbo, mediante as terminações **īlis** e **bīlis**, para indicar possibilidade de ação:

fac-**īlis**, que se pode fazer, fácil

credi-**bīlis**, que se pode crer, crível

- 2- De substantivo, mediante a terminação **osus**, para significar abundância:

pericul-**osus**, cheio de perigo, perigoso

glori-**osus**, cheio de glória, glorioso

- 3- De substantivo, mediante a terminação **ĕus**, para indicar matéria:

aur-**ĕus**, de ouro, áureo

ferr-**ĕus**, de ferro, férreo

- 4- De adjetivo, para formar diminutivos, mediante a terminação **ūlus**: parv-**ūlus**, muito pequeno, pequenino.

Verbos derivados:

- 1- Do supino da 3ª conj., para criar formas frequentativas, mediante a terminação **are**:

jaci-**are**, lançar frequentemente (jact-um, supino de jacio)

curs-**are**, correr a miúdo (curs-um, supino de curro)

- 2- Do presente da 1ª conj. (às vezes já de outra forma frequentativa), também para indicar frequência, mediante a terminação **itare**:

Clam-**itare**, gritar frequentemente (de clamo)

cact-itare, lançar palavras, dizer (do frequente. Jacto)
curs-itare, correr daqui para ali (do frequente. Curso)

- 3- De outro verbo (geralmente da 3ª conj. e raramente das demais), para indicar começo de ação (verbos incoativos), mediante a terminação **sco**:

ingemisco, começar a gemer, isto é, lamentar (de gemere)

inveterasco, começar a ficar velho, envelhecer (de invetero)

Em nota, Almeida (2000, p. 329) afirma ainda que os verbos *ingemisco* e *inveterasco* possuem “o perfeito igual ao do verbo simples (*ingemüi, inveteravi*) e no mais das vezes não tem supino.

4.2 PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS PORTUGUESAS

Ao contrário do Latim, após passar por um longo processo de elaboração no decorrer dos anos, a língua portuguesa destaca um leque bem diversificado quanto aos processos de formação de palavras. Em sua *Moderna Gramática Portuguesa* (2009), Evanildo Bechara, famoso gramático Português, destaca nove processos de formação de palavras, onde podemos encontrar, assim como no latim, a composição e a derivação, mas também, evidenciam-se processos de formação de palavras exclusivos do Português, bem como afirma Bechara (2009, p. 370): “(...) formação regressiva, abreviação, reduplicação, conversão e combinação.”, além desses, o gramático cita ainda mais dois casos especiais de formação de palavras, são estes a intensificação e o hibridismo, que passaremos a ver adiante.

Mas, antes de adentrarmos nos processos de formação de palavras portuguesas, frisamos de antemão que, na perspectiva de Evanildo Bechara a derivação parassintética não é considerada como um caso especial de formação de palavras, ao contrário do que pensam alguns gramáticos. Partindo dessa afirmação, Bechara faz a seguinte justificativa:

Para uns, para haver parassíntese basta a presença de prefixo e sufixo no derivado; é o caso de *descobrimto*, maneira de ver que rejeitamos, por não levar em conta a noção dos constituintes imediatos. Para outros, o processo consiste na entrada *simultânea* de prefixo e sufixo, de tal modo que não existirá na língua a forma ou só com o prefixo ou só com o sufixo; é

o caso de *claro* para formar *aclarar*, em cujo processo entram concomitantemente o prefixo *a-* e o final *ar-*, elemento de flexão verbal que funciona, por acumulação, como sufixo. Como lembra Matoso Câmara, pode dar-se ainda na parassíntese a adjunção de um sufixo de valor iterativo ou incoativo, o que ocorre em *entardecer* (*em + tard(e) + ec + er*) (...). (BECHARA, 2009, p. 342-343):

O gramático, complementa ainda, afirmando que também pode-se considerar o fato da inexistência da parassíntese enquanto processo especial de formação de palavras, pois, Segundo Bechara:

(...) numa cadeia de novas informações, não poucas vezes ocorre o pulo de etapa do processo, de modo que só virtualmente no sistema exista a forma primitiva. Assim, para se chegar a *farmacolando*, parte-se de uma virtual **farmacolar* (à semelhança de *doutorar* em relação com *doutorando*) ou, para *prefeitável*, de uma virtual **prefeitar* (como de *amar* para *amável*, ou de um *pagar* para *pagável*). Desse modo em *aclarar*, *entardecer*, *amanhecer* se poderá pensar em partir dos virtuais **clarar*, **tardecer*, **manhecer* ou **aclaro*, **entarde* e **amanhã*. Essa última explicação do fenômeno nos parece ser a melhor solução, abolindo a parassíntese como processo especial de formação de palavras, além de não contrariar o princípio geral da linearidade do signo linguístico. (BECHARA, 2009, p. 343)

Por sua vez, os principais processos de formação de palavras da língua portuguesa são a composição e a derivação, no entanto, o seu conceito se distancia do conceito latino e a sua estrutura opera de forma distinta das já vistas em Latim, agindo de forma bem mais abrangente, bem como pode-se observar a seguir:

COMPOSIÇÃO

Bechara (2009, p. 351) afirma que "(...) por composição entende-se a junção de dois elementos identificáveis pelo falante numa unidade nova de significado único e constante: *papel-moeda*, *boquiaberto*, *planalto*". Segundo o autor, o fato desses elementos corroborarem para a formação de uma nova palavra composta não impossibilita que um desses elementos já seja um composto também. Na língua Portuguesa a composição pode ocorrer por duas formas, justaposição e aglutinação:

Justaposição: ocorre quando há junção de dois ou mais elementos, sejam eles palavras ou radicais, sem alterar suas estruturas morfológicas ou fonéticas. Em alguns casos, os elementos são separados por Hífen:

guarda + roupa = guarda-roupa

passa + tempo = passatempo

pão + de + ló = pão de ló

Observação: (pão de ló) é considerado um composto por disjunção, nesse caso, Bechara (2009, p. 353) que “nos compostos por disjunção nem sempre os dois elementos se juntam graficamente por mais que seja evidente a lexicalização.”.

Aglutinação: ocorre quando dois ou mais elementos se unem para formar uma nova palavra, no entanto, neste caso há a supressão de elementos mórficos e fonéticos:

plano + alto = planalto

filho + de + algo = fidalgo

hidro + elétrico = hidrelétrico

DERIVAÇÃO

Por sua vez, o gramático afirma que a “derivação, consiste em formar palavras de outra primitiva por meio de afixos.”. (BECHARA, 2009, p. 357). Com relação aos afixos, em Português existem dois casos, os prefixos (se antepõem ao radical) e os sufixos (se pospõem ao radical), por este motivo, este tipo de derivação passa a ser chamada derivação prefixal e derivação sufixal.

Derivação sufixal: Segundo Bechara (2009) o sufixo acrescenta ao radical uma ideia acessória, podendo também, alterar o valor morfológica da palavra ao qual foi empregado, podendo, ou não, alterar sua classe gramatical. Diferente de alguns casos do prefixos, os sufixos são considerados forma presas pelos gramáticos, pois, não é possível emprega-los de forma isolada em um enunciado, ocorrendo apenas quando acrescentados a outras bases/radicais.

Fértil (adj.) + izar = fertilizar (v.)

Feio (adj.) + oso = feioso (adj.)

Real (adj.) + dade = realidade (sub.)

Observação: o i acrescido na palavra realidade é chamada vogal de ligação, e assim como outras vogais de ligação, possuem objetivos fonéticos, e são usados para facilitar o enunciado.

Derivação prefixal: Por sua vez, os prefixos não possuem a mesma influência morfológica sobre as palavras as quais são acrescidos, capaz de mudar sua classe gramatical, contudo, segundo Bechara (2009), além de possuírem uma relação semântica com as preposições, possuem também mais força significativa quando comparados aos sufixos, pois podem ocorrer de forma livre num enunciado.

com (prep.) + bater = combater

sobre (prep.) + pôr = sobrepor

de (prep.) + penar = depenar

Formação regressiva: Também conhecido por formação deverbal, segundo Bechara (2009), este processo consiste na criação de novas palavras a partir de uma relação analógica, a qual surge partindo da subtração do elemento sufixal de um verbo, empregando-lhe a enganadora impressão de serem palavras derivantes.

pescar = pesca

andar = anda

gritar = grito

Abreviação: Este processo ocorre sempre que o todo de uma palavra é representada parte dela, onde a palavra derivada acaba desenvolvendo uma relação de sinonímia com a derivante, ou adquirindo um novo significado.

fotografia = foto

extraordinário = extra

Vale acrescentar ainda, segundo Bechara (2009) que pode ser acrescido outro caso particular na abreviação, que é a possibilidade da criação de siglas a partir das letras iniciais de uma nomenclatura específica.

ONU (Organização das Nações Unidas)

PUC (Pontifícia Universidade Católica)

Reduplicação: Também conhecido por duplicação silábica, Bechara (2009) afirma que este processo ocorre quando há a repetição de vogal ou consoante, podendo haver alternância vocálica, objetivando a formação de um novo vocábulo de caráter imitativo, de onde também surgem as onomatopeias.

Tique-taque

Reco-reco

Pingue-pongue

Conversão: consiste no uso de um vocábulo fora da classe gramatical a qual pertence. Vale ressaltar ainda, que são considerados casos de conversão, por hipertaxe, determinado grupo de palavras, que segundo Bechara (2009, p. 372), são usados “(geralmente o final) a palavra isolada: Ele tem certas **fobias** (fobia é a parte de um grupo de palavras que designam aversão a uma coisa: ftofobia, xenofobia, hidrofobia, etc).”, entre outros casos.

Terrível palavra é um **não**. (Advérbio de negação = substantivo)

Não consegui descobrir o **porquê** da questão. (Conjunção = substantivo)

Ele é o **benjamim** da família. (Substantivo = adjetivo)

Em observação Bechara (2009) acrescenta ainda que, anteriormente a conversão era denominada de derivação imprópria, contudo, segundo o gramático, “como a conversão não repercute na estrutura do significado de base, muitos estudiosos com razão, não a incluem como processo especial de formação de palavras, como demonstra a hipertaxe. (BECHARA, 2009, p. 372).

Combinação: trata-se de um caso específico pertinente a composição, que consiste na formação de uma nova palavra a partir da união de partes de ambos os termos utilizados.

Português + espanhol = portunhol

Bahia + vitória = Bavi

aborrecer + adolescente = aborrecente

Intensificação: Também considerado um caso particular de intensificação, este processo de formação de palavras consiste na intensificação da expressividade semântica de um vocábulo, a partir do aumento do seu sufixo. Segundo Bechara (2009, p. 372), nesse caso os sufixos terminam “(...) quase sempre em –izar, ou às vezes por modelos franceses ou ingleses: **agilizar** por **agir**, **veiculizar** por **veicular**, **obstaculizar** por **obstar**, **protocolizar** por **protocolar**, **culpabilizar** por **culpar** (...)”.

Hibridismo: Consiste na formação de uma nova palavra a partir da junção de elementos de idiomas distintos. Bechara (2009, p. 372) afirma que “(...) os hibridismos constituídos da combinação de elemento grego com outro latino ou românico: **sociologia** (latim e grego), **autossugestão** (grego e português), **televisão** (grego e português) (...)”.

Feito a descrição dos processos de formação de palavras latinos e portugueses, a partir de agora seguir-se-á com a análise comparativa, a fim de evidenciar quais são as similaridades e dissimilaridades existentes entre os processos de formação de palavras de ambas as línguas. Por sua vez, a análise estará exposta no paralelo elencado a seguir, objetivando esclarecer de forma clara e sintética, a nível de consulta, tais semelhanças e disparidades.

4.3 QUADRO COMPARATIVO

Quadro 1. Processos de formação de palavras de cada língua. O (x) indica que o processo existe na língua, (-) indica que não:

Tabela 5

	Latim	Português
Composição	X	X
Derivação	X	X

Formação regressiva	-	X
Abreviação	-	X
Reduplicação	-	X
Conversão	-	X
Combinação	-	X
Intensificação	-	X
Hibridismo	-	X

tabela 6. Estrutura dos Processos:

	Latim	Português
Composição	radical ou prefixo + radical: de-currere	Justaposição: radical + radical: guarda-chuva Aglutinação: radical + radical: planalto
Derivação	radical + sufixo: cur- sare	Prefixal: prefixo + radical: decorrer Sufixal: radical + sufixo: livraria
Formação regressiva	-	radical + redução sufixal: atraso de atrasar
Abreviação	-	Parte pelo todo: ONU (Organização das Nações Unidas)
Reduplicação	-	Repetição de vogal ou consoante: tique taque
Conversão	-	Palavra fora de sua classe gramatical: não (advérbio) = o não (substantivo)
Combinação	-	Combinação de parte dos termos usados: português

		+ espanhol = portunhol
Intensificação	-	radical + alargamento de sufixo: obstaculizar
Hibridismo	-	radical (idioma X) + radical (idioma Y): sócio (latim) + logia (grego) = sociologia

Por fim, com base nos dados descritos acima, pode-se observar que a língua latina dispõe apenas de dois processos de formação de palavras, enquanto a língua portuguesa disponibiliza de nove. Dentre as similaridades entre os processos latinos e portugueses, pode-se destacar a composição e a derivação, apesar de desmontarem mecânicas funcionais diferentes quanto a ao processo formativo. Sobre a dissimilaridades, destacam-se os demais processos de formação de palavras portuguesas, que evidentemente, não existem na língua latina, mas surgiram dentro da língua portuguesa no decorrer de sua evolução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que o Latim foi a matriz para a construção de inúmeras línguas, servindo de base para a construção de novas palavras, seja por meio de prefixos, sufixos, ou, mais comumente, seus radicais, contudo, mesmo sendo uma língua oriunda do Latim, ao se tornar uma língua independente, o português adquiriu para si um caráter autónomo e específico, divergindo das características da sua língua progenitora, bem como os processo de formação de palavras. Valendo-se disso, a descrição dos processos de formação de palavras de ambas as línguas sérvio para elucidação de quantos processos formadores cada língua possui e a maneira que operam no ato da formação de uma nova palavra.

Especificando suas similaridades e dissimilaridades, com bases nos dados coletados a partir do paralelo comparativo construído através desta pesquisa, evidenciou-se que a língua latina, segundo a Gramática Latina de Napoleão Mendes de Almeida (2000), apesar de ser progenitora do Português, possui apenas dois processos de formação de palavras (composição e derivação). Por sua vez, segunda a Moderna Gramática Portuguesa de Evanildo Bechara (2009), o Português apresenta nove processos de formação de palavras, são eles: composição (por justaposição e aglutinação), derivação (sufixal e prefixal), formação regressiva, abreviação, reduplicação, conversão, combinação, intensificação e hibridismo.

Dessa forma, pôde-se perceber que a filiação da língua é uma entidade mutável e progressiva, que avança e se organiza para atender as necessidades comunicativas de seus falantes. Apesar do português haver se distanciado da língua latina em vários aspectos, boa parte do seu léxico é formado a partir de elementos latinos, evidenciando a forte influência latina na construção da língua portuguesa, influência essa que perdura até aos dias atuais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática latina: curso único e completo**. -29. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

BECHARA, Evanildo. **Gramática escolar da língua portuguesa**. – 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

CARDOSO, Zelia de Almeida. **Iniciação ao latim**. -6°. ed. São Paulo: Ática, 2009.

CADEIRA, Esperança. **O Essencial Sobre a História do Latim**. Lisboa: Caminho, 2006.

CÂMARA JÚNIOR, J. Mattoso. **Dicionário de linguística e gramática**. 10° ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley Luís F. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

Texto traduzido e adaptado de Terry CROWLEY, **An Introduction to Historical Linguistics**, Oxford: Oxford University Press (1992) [3a. edição de 1997, reimpressão de 2002: 87-118].

GONÇALVES, Rodrigo Tadeu. **Língua Latina**. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2009.

ROBINS, R. H. **Pequena História da Linguística**. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1983.